



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

ANGELO MANOEL DOS PASSOS CRUZ

CEANE PEREIRA LIMA

KLISSA NORLEN MONTE-VERDE SARMENTO

**A POLÍTICA HABITACIONAL NA BAIXADA DO AMBRÓSIO NO MUNICÍPIO DE
SANTANA NOS DIAS ATUAIS.**

MACAPÁ

2011

ANGELO MANOEL DOS PASSOS CRUZ
CEANE PEREIRA LIMA
KLISSA NORLEN MONTE-VERDE SARMENTO

**A POLÍTICA HABITACIONAL NA BAIXADA DO AMBRÓSIO NO MUNICÍPIO DE
SANTANA NOS DIAS ATUAIS.**

Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como parte dos requisitos necessários à obtenção da graduação, do curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Professor: Osvanil Barcelar.

MACAPÁ

2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

**ANGELO MANOEL DOS PASSOS CRUZ
CEANE PEREIRA LIMA
KLISSA NORLEN MONTE-VERDE SARMENTO**

**A POLÍTICA HABITACIONAL NA BAIXADA DO AMBRÓSIO NO MUNICÍPIO DE
SANTANA NOS DIAS ATUAIS.**

Trabalho de conclusão de curso - TCC apresentado como requisito para obtenção do título de graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Aprovado em 12 de Dezembro de 2011.

Componentes da banca examinadora:

Professor Orientador Msc. Osvanil Barcelar

Professora Msc. Kátia Souza Rangel

Professor Msc. Jean Cláudio Santos Fonseca

MACAPÁ
2011

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por está sempre presente nas horas difíceis e aos meus pais Alexandre Pena e Maria Alice que com muito esforço me deram a oportunidade de cursar uma universidade.

A minha mãe, Sandra Monte-Verde, pela alegria de compartilha este momento, e que sempre me mostrou que só através do conhecimento nos tornamos capaz de vencer na vida. As minhas irmãs Kellen Nayana, Hélene Nayra, meu irmão Sandro Nayren e Anna Paula, pelo incentivo na minha vida acadêmica e pela invejável paciência nos meus momentos de stress.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, que nos deu inteligência, e discernimento na realização deste trabalho.

Ao Professor Osvanil Barcelar orientador.

Ao esposo Anderson pela paciência nos momentos de ausência, durante a realização deste trabalho e pela ajuda durante os anos em que estive na universidade, ao filho Neto, por acrescentar razão e motivação na busca de novos caminhos e por dar beleza aos meus dias.

A minha mãe, e irmãs pelo exemplo, amizade e carinho.

Aos amigos e colegas de graduação pela convivência e amizade durante todo o curso.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

AGRADECIMENTOS

Yaohushua por ter me proporcionado esta conquista e que continuamente dando força nos momentos tristes e felizes de minha vida. Tenho muitas pessoas a agradecer em razão da ajuda, da acolhida, do incentivo, das críticas, e das sugestões no decorrer da minha vida acadêmica, algumas em especial:

A minha mãe Sandra que representa a família Monte-Verde e que sempre esteve ao meu lado, a minha tia Mara (maroquita), tia Claudia que juntas sempre oram por mim, a meu tio Francisco Monte-Verde (Chiquinho) e sua família pela acolhida, aos amigos Ellen Camila e Wellington Costa pelas longas horas de apoio e conversação nos momentos de angústia, sufoco e felizes também, a amiga Marcela Vales que me apoiou na entrada para academia. Aos amigos da vida acadêmica do dia-a-dia dos trabalhos de sala de aula e do cultural sempre que possível juntos, Roseana Batista e Danilo Fernandes, Elano Nascimento e Thaysa Paula que a amizade excedeu a sala de aula. Ao professor Msc. Osvanil Barcelar por tornar possível a realização deste trabalho e aos colegas de tcc Ângelo e Ceane.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização dessa monografia, como, os professores da academia, os colegas de sala de aula e curso como Gutemberg Vilhena nos empréstimos dos livros e diálogos do tema em estudo, as instituições no fornecimento de dados como o IBGE em especial o Sr. Joel, a SEMOB, SEMDH SEMAST, e os moradores da Baixada do Ambrósio entrevistados que colaboraram não é apenas a materialização de uma idéia, mas também a realização de um sonho e o primeiro passo em minha carreira profissional. O meu muito obrigada!

“Perceber o problema habitacional como uma das dimensões da questão social, onde a habitação é entendida como o direito do cidadão independente de sua condição econômica, cabendo o estado prover esse direito aqueles que não apresentam condições de fazê-lo”.

(SILVA, 1989, p. 145)

RESUMO

Este trabalho tem como tema a Política Habitacional na Baixada do Ambrósio no Município de Santana nos dias atuais. O primeiro capítulo faz um traçado histórico da apresentação da habitação, elucidando de que forma o homem inicia o processo de sedentarização, e como o sistema capitalista contribuiu para o surgimento das cidades assim como para a expansão do comércio. Ainda explana a evolução da habitação no Brasil - colônia e na república, caracteriza a habitação popular das senzalas em seu forte contraste com a casa-grande, focaliza a forma como se fazia a distribuição de terras, quando a mesma não era considerada mercadoria, e o que ocorreu após a Lei de Terras de 1850. Discorre sobre a atuação das políticas habitacionais implementadas no Brasil em diferentes governos em razão do crescimento das cidades, assim como as dirigidas para Amazônia, contextualizando o Amapá bem como município de Santana, onde está localizada a comunidade em estudo. A pesquisa tem por objetivo compreender a origem, efetivação da Baixada do Ambrósio bem como o uso e ocupação deste espaço, faz uma análise histórica da atual falta de moradia adequada dos moradores desta comunidade, assim como destaca se existe política habitacional efetiva na Baixada do Ambrósio. Para isso, utilizou-se, pesquisa bibliográfica, consultas em site do governo federal e estadual, além de levantamento de documentos, na Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho – SEMAST, Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, Secretaria Municipal de Habitação –SEMDH e outras, e para evidenciar a atuação do Estado no local em estudo foi necessário a pesquisa de campo em que se analisou o estado de infraestrutura em geral, assim como o uso e distribuição dos serviços de consumo coletivo.

Palavra chave: Evolução da Habitação, Políticas Habitacionais e a Baixada do Ambrósio.

ABSTRACT

The present research has as theme the housing policy at the Baixada do Ambrósio located at Santana City now days. The first chapter makes a historical track of the housing evolution, lights up the way through out the man starts the sedentary lifestyle, and the way how the Capitalism System hath contributed for the cities rising, as well as for the commerce expansion. Still explain the evolution process of the housing system at Brazil's Colonization period and in the republic, features the regular slaves housing in its strong contrast with the "big house", it focuses on the way they used to share the lands, when it was not considered as goods, and reports what happened afterwards the Law of Lands on 1850. It's about the housing policys regulations implemeted in Brazil from different governments due to cities growth, as well as the regulations fowarded to the Amazonia, regarding the State of Amapá, as well as Santana city where is located the town subject of this research. This work has as goal, to understand the very beginning, the effective stablishment of the Baixada do Ambrósio as well as the using and occupation of this space, overmakes an historical annalysis of the now days lack of appropriate houses for that place dwellers, this also exposes if there is a housing policy effectively at Baixada do Ambrósio, making clear whether the State is acting or not, through picking up samples inside the place under research which we also noticed the conditions of infrastructure of the access roads, as well as the distribution of the collective consumption services. For that we used, bibliographical research, federal and state governmental web sights, as well as, Assistential and Work City Hall Department - SEMAST documents surveys, City Hall Building Dept – SEMOB, City Hall Housing Dept - SEMDH. Among other, and in order to evince the actions of the Government inside the location under research, it was need a research which target was to annalyse the infrastructure general conditions, as well as the using and distribution of the collective consumption services

Keywords: Housing Evolution, Housing Policies and the Baixada do Ambrósio (como um espaço físico/político/próprio não pode ser traduzido)

SUMÁRIO

RESUMO	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO	14
CAPITULO I - APRESENTAÇÃO DA HABITAÇÃO E A BAIXADA DO AMBRÓSIO	16
1.1 Historicidades Habitacionais.....	16
1.2 História da Habitação no Brasil.....	20
1.3 Políticas Habitacionais Brasileira.....	25
1.4 O Amapá no Contexto das Políticas Habitacionais na Amazônia.....	31
1.5 O Espaço Urbano e as Problemáticas Habitacionais com a Instalação da ICOMI na Baixada Do Ambrósio.....	44
1.6 As Políticas Habitacionais no Município de Santana.....	46
1.7 Existe Política Habitacional na Baixada do Ambrósio?.....	48
1.7.1 Histórico da Baixada do Ambrósio.....	50
1.7.2 Caracterização da Área.....	50
CAPITULO II - O ESPAÇO URBANO E AS MORADIAS NA BAIXADA DO AMBRÓSIO	57
2.1 Qual e o Estado de Infraestrutura do Espaço das Moradias na Baixada do Ambrósio?.....	57
2.2 A Atuação do Estado na Gestão e Distribuição dos Equipamentos de Consumo Coletivo do Espaço Urbano e Moradia da Baixada do Ambrósio.....	64
2.3 As Problemáticas Habitacionais Atuais na Baixada do Ambrósio.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERENCIAS	74
ANEXO	77
APÊDICES	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Conjunto Habitacional do bairro Boné Azul, casas modificadas.....	32
Figura 02- Padrão de casa do conjunto Habitacional do Boné Azul.....	33
Figura 03- Conjunto Habitacional do Infraero II, modificado.....	33
Figura 04 - Padrão de casa do conjunto Habitacional do Bairro Infraero II.....	34
Figura 05- Conjunto Habitacional do Bairro das Pedrinhas.....	34
Figura 06 - Padrão de casa do conjunto Habitacional do Bairro das Pedrinhas....	35
Figura 07 - Prédio Habitacional no Jardim I para funcionários públicos.....	36
Figura 08 - Prédio Habitacional do Mucajá, destinado a população carente.....	36
Figura 09 - Conjunto Habitacional do Parque das Laranjeiras no município de Santana.....	37
Figura 10-Conjunto habitacional de Vila Amazonas (projeto ICOMI) no Município de Santana.....	38
Figura 11-Início do canteiro de obras da ICOMI e a primeira edificação construída pelo governo do Território Federal do Amapá.....	44
Figura 12 -Expansão urbana da década 50 do município de Santana – AP.....	45
Figura 13 - Localização da Baixada do Ambrósio no Território Brasileiro.....	49
Figura 14 - Baixada do Ambrósio, IBGE 2010.....	49
Figura 15 - Senhor Ambrósio Neto, em sua residência no Centro de Santana-AP.....	50
Figura 16-Publicação do site do governo da revitalização da Baixada do Ambrósio.....	52
Figura 17- Passarelas mal cuidadas e estreitas da Baixada do Ambrósio.....	54
Figura 18 - Coleta do lixo insuficiente, na parte alta e seca da Baixada.....	54
Figura 19 - Aterramento da área com caroço de açaí e resíduos orgânicos.....	55
Figura 20 - Passarela da Baixada do Ambrosio de concreto.....	55
Figura 21-Utilização de água diretamente do rio Amazonas na Baixada do Ambrósio.....	59
Figura 22-Situação precária do Abastecimento de água.....	60
Figura 23 - Baixada do Ambrósio, ausência de fossa asséptica.....	61
Figura 24 - Baixada do Ambrósio, ausência de iluminação pública.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Tempo de moradia dos entrevistados na Baixada do Ambrósio.....	53
Gráfico 02 - Situação do Imóvel dos moradores da Baixada do Ambrósio.....	58
Gráfico 03 - Média de moradores por domicílio.....	59
Gráfico 04 - Tipo de fornecimento de água.....	60
Gráfico 05 - Destino de resíduos humanos.....	61
Gráfico 06 - Tipo de fornecimento de energia elétrica.....	62
Gráfico 07 - Coleta de lixo.....	63
Gráfico 08 - Problemas identificados pela população na Baixada do Ambrósio.....	66
Gráfico 09 - Perspectiva de saída dos moradores da Baixada do Ambrósio.....	68
Gráfico 10 - Percepção do lugar.....	68
Gráfico 11 - Pessoas por domicílio.....	69
Gráfico 12 - Renda Familiar.....	69
Gráfico 13 - Famílias assistidas por programas assistencialistas.....	70

LISTA DE SIGLAS

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
FCP	Fundo da Casa Própria
IAPs	Instituto de Aposentadorias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios
PAIH	Programa de Ação Imediata para Habitação
PHIS	Programa de Habitação de Interesse Social
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PAH	Plano de Assistência Habitacional
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SEMAST	Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho
SEMDH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional
SEMOB	Secretaria Municipal de Obras de Macapá
SHIS	Secretaria de Habitação de Interesse Social de Santana-AP

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho busca compreender a política habitacional na Baixada do Ambrósio no Município de Santana – AP o primeiro capítulo: – **APRESENTAÇÃO DA HABITAÇÃO E A BAIXADA DO AMBRÓSIO** se faz uma apresentação de como se deu o processo de habitação desde o período paleolítico até os dias atuais, ou seja, o momento da história da humanidade quando o homem fixa moradia e passa a construir suas casas e posteriormente a organização sócio espacial e o surgimento das cidades. Identificando os tipos de moradia retratando assim a segregação urbana. No Brasil a história da habitação que temos como marco a colonização brasileira pelos portugueses e a doação de terras, passando a terra ter valor não só de uso mais também de troca. Buscando discutir as formas de políticas de melhor operacionalidade do *déficit* habitacional no universo social brasileiro. Como as ações do Governo Federal como a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH e as demais políticas efetivadas e planos de ações que tentam solucionar a falta de moradia da população brasileira. Compreendendo que as políticas de habitação só podem ser percebidas no Estado do Amapá contextualizando com os grandes projetos na Amazônia a partir das *company towns*, caracterizando a construção de casas nos conjuntos habitacionais em Macapá e Santana. Através do projeto ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios) é possível identificar o surgimento da Baixada do Ambrósio, e paralelamente, as políticas habitacionais no município de Santana-AP.

No segundo capítulo será abordado **O ESPAÇO URBANO E AS MORADIAS NA BAIXADA DO AMBRÓSIO**, caracterizando a infraestrutura do espaço e das moradias na Baixada do Ambrósio, percebendo como se dá a atuação do Estado na gestão e distribuição dos equipamentos de consumo coletivo do espaço urbano e moradia, como praças, escolas, hospitais, fornecimento de energia, água e outros, por fim verificar as problemáticas de moradia e habitação atuais na Baixada do Ambrósio.

De acordo com Silva (1989, p. 145) a habitação deve ser entendida como uma questão social de direito do cidadão independente de sua condição econômica cabendo o estado prover esse direito aos que não tem condição de fazer. Quando pensamos em política habitacional é necessário abranger um conjunto de elementos, formado pela unidade arquitetônica de uma área saneada e urbanizada devidamente equipada. O problema da habitação não se pode ser percebido de

forma isolada, a casa é apenas um mero abrigo, quando inserida numa comunidade que conte com uma rede de serviços essenciais como saneamento, saúde, educação, comunicação e transporte integrado, sendo a casa um elemento do sistema. Tendo como referência esta política habitacional consideramos domicílios carentes instalados na Baixada do Ambrósio por apresentarem a carências dos seguintes serviços básicos: a) iluminação elétrica, b) rede geral de abastecimento de água, c) rede geral de esgoto sanitário ou fossa asséptica; d) coleta de lixo; e) Além de ser necessário a proximidades de equipamentos urbanos de uso coletivo, como escolas, hospitais e; f) adensamento excessivo toma-se como indicador a densidade de moradores por domicílio. Critérios estes embasados no estatuto da cidade e plano diretor de Santana. Que a ausências desses serviços básicos incidi na precarização da moradia, seja no aspecto jurídico, no aspecto urbanístico de infraestrutura, e ainda no aspecto ambiental.

A metodologia utilizada em primeiro plano foi o levantamento bibliográfico, do tema moradia e urbano a partir dos autores Roberto Lobato Corrêa, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Ana Fani Alessandri Carlos entre outros. Usamos também como banco de dados o site portal da transparência do governo federal e o site do IBGE, como censo 2010, além Plano Diretor Participativo do município de Santana, Estatuto da cidade, entre outros com elaboração de fichamentos e discussão com os colegas dos textos lidos. No segundo momento visitas no mês de Junho do ano corrente, nas secretarias: Municipal de Assistência Social e do Trabalho – SEMAST, Municipal de Obras – SEMOB, Municipal de Habitação – SEMDH e Secretaria de Habitação de Interesse Social – SHIS, com entrevistas direcionada de acordo com roteiro de perguntas em anexo e visita de campo com aplicação de questionários aos moradores da Baixada do Ambrósio e o registro fotográfico do espaço em estudo. Finalizando com a tabulação de dados, análise e discussão dos resultados para elaboração das considerações finais.

Este trabalho é importante pela análise crítica a falta de política habitacional efetivada na Baixada do Ambrósio, sendo uma ferramenta de consulta para possível elaboração de políticas para esta área. Assumindo um caráter denunciador e dando voz a precariedade das condições de moradia vivenciada pelos moradores.

CAPITULO I - APRESENTAÇÃO DA HABITAÇÃO E A BAIXADA DO AMBRÓSIO

1.1 Historicidades Habitacionais.

O período paleolítico que data de (500 000 - 800 000 a.c) é marcado pela não fixação do homem à terra, sendo considerado nômade pelo caráter inquieto, itinerante e pela atividade de coleta que garantiam sua sobrevivência, as cavernas não constituíam moradia para o homem paleolítico, no entanto representavam lugar de segurança, alimentação, descanso, guardar seus instrumentos e praticar suas artes. (SPOSITO, 2000, p. 11)

Já no período neolítico que data de (8000 - 5000 a.c) ocorreram mudanças culturais, como a domesticação de animais e o cultivo de vegetais, para que isso se efetivasse foi necessário a fixação do homem em um lugar e a transformação do espaço pelas atividades que passara a desenvolver, nesse momento da história da humanidade o homem fixa moradia, e passa a construir suas casas sobre estacas, as palafitas. (ARRUDA & PILETTI, 2004, p. 13).

Esse período é marcado pelo sedentarismo que proporcionou melhores condições, tanto para a fecundidade, como para nutrição, pois, a alimentação estava garantida pelo desenvolvimento da agricultura, tem-se nesse momento o surgimento das aldeias.

A produção do espaço desenvolvida durante o período neolítico e que de acordo com (Sposito *op. cit*) denomina-se de aldeia, tem um nível de complexidade ainda elementar, já que as atividades são de caráter extensivamente primário (agricultura e criação), e nela não há divisão de trabalho, a não ser entre o trabalho feminino e masculino, ou determinado pelas possibilidades e limites da idade e da força.

A aldeia foi importante, uma vez que nela se originou as pré-condições para o surgimento das cidades, no entanto para que estas surgissem era necessária a segunda condição uma organização social mais complexa. (Sposito *op. cit*)

É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. (SINGER, 1998, p.09)

Para o desenvolvimento das cidades, era necessário que a mesma tivesse na sua estrutura as marcas da organização política, social e econômica. É importante frisar os pontos que marcaram a organização social na antiguidade, como especialização do trabalho, divisão social e territorial do trabalho, que se manifestou numa estrutura de classes cada vez mais complexa; as cidades eram o espaço de dominação política, o lugar da elite e das instituições sociais que garantiam a passagem do excedente alimentar dos produtores que moravam no campo para as elites sociais urbanas; houve um aumento crescente da capacidade de produção e de distribuição alimentares.

Isto significou possibilidade de aumento do tamanho das cidades e de ampliação das áreas sob seu domínio.

O Império Romano é um exemplo de expansão da urbanização na antiguidade, por conta de um poder unificado. Os romanos durante séculos expandiram seu território dominando diversos povos como, os gregos, península Itálica, Sicília, entre outros, ao anexar esses povos ao seu império, permitiam a apropriação e o aperfeiçoamento do sistema econômico e administrativo já desenvolvido por estes povos. (Sposito *op. cit*)

Roma, no século III d.c., tinha aproximadamente setecentos mil a um milhão de habitantes.

De acordo com Sposito (*op. cit*), viviam em domus, casas individuais de dois andares, ou em insulae construções coletivas de muitos andares; os térreos eram destinados a lojas ou habitações de nobres, e os superiores para as classes médias e inferiores.

O conjunto de ruas de Roma era deficiente, por serem elas estreitas e tortuosas. Não havia iluminação pública nem coleta de lixo, apesar do contingente populacional ali concentrado.

Com a queda do Império Romano, no século V d.c, ocorreu à desestruturação da rede urbana que havia se desenvolvido sob a hegemonia do poder político centralizado, houve a diminuição da importância e do tamanho das grandes cidades, e o desaparecimento de muitas pequenas cidades do império, a sociedade se ruralizou novamente.

Ressalta-se que a complexidade social alcançada durante a antiguidade e o nível de urbanização desenvolvida foi colocada de lado durante a Idade Média¹, onde a economia perde sua força, e há um retrocesso da urbanização. Embora a sociedade europeia, principalmente a ocidental, tenha vivenciado o sistema feudal, os impérios Árabe, Bizantino e Persa e outros povos orientais não conheceram tal forma de organização da vida. A sociedade feudal consistia em três classes, sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que os trabalhadores produziam para as outras classes, eclesiástica e militar. O senhor era proprietário da terra, do servo, e detinha o poder político, militar e judiciário; o servo tinha a posse útil da terra e devia obrigações ao senhor e sua economia essencialmente agrária. Pode-se afirmar nesse sistema, o homem era desprovido de moradia própria e tinha que se submeter a viver e trabalhar em terras que não lhe pertenciam.

É importante ressaltar as características das moradias nesse período os senhores moravam nos castelos ou em casas grandes, sempre fortificados eram esplendidos e com fartura de comida ou bebida. O servo ou camponês vivia numa choça do tipo mais miserável, morava em casa de madeira com telhado de palha e chão de terra, na aldeia no pé do castelo, onde se refugiava em caso de perigo. As precárias condições de higiene favoreciam as pestes e doenças, um flagelo da Idade Média. (ARRUDA & PILETTI, *op. cit*)

Desta forma, a moradia sempre fora uma questão estabelecida entre desiguais, quando a história retrata as moradias luxuosas de alguns em detrimento do esfacelamento em face à pobreza de muitos. A luta pela terra sempre foi uma constante e em cada período, a terra se atribuía valor e pagava-se caro para usufruir de tal bem. Nesse contexto é interessante ressaltar a área de estudo denominada de Baixada do Ambrósio no Município de Santana, onde é perceptível que esta comunidade ocupa um espaço inadequado para moradia, uma vez que não possui condições financeiras para habitar em outra localidade, este processo de desigualdade social data desde os primórdios da humanidade.

¹ O medievo (do latim *meduim aevum*, idade média V-XIV) deve ser entendido como resultado da crise do Império Romano, agravada pelas invasões bárbaras. Ao longo da Idade média realizou-se a integração entre as estruturas do mundo romano e do mundo germânico (bárbaro) o que preparou os fundamentos do mundo moderno. Ver em ARRUDA & PILETTI. José Jobson, Nelson. **Toda a história: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

Na transição do feudalismo para o capitalismo, quando as terras pertencem aos senhores feudais, a cidade aparece como o lugar do trabalho livre. O burgo, lugar onde o trabalho livre é possível, concentra os artesões; o pedreiro, o alfaiate, mas também os comerciantes. Este lugar, a cidade, se diferencia do campo, entre outros motivos, pela possibilidade desse trabalho livre (...). Nesta transição do feudalismo para o capitalismo, com o fortalecimento das cidades (burgos), a burguesia era a classe revolucionária; opunha-se à aristocracia detentora da terra. (SANTOS, 1988, p. 19)

Assim a economia de mercado ganha impulso com a classe burguesa, que desejava libertar-se das interferências provocadas pelas práticas do feudalismo que já estavam gastas pelo uso e constituía-se um estorvo decisivo às práticas comerciais, e faziam com que as cidades não se desenvolvessem. Assim essa nova classe em ascensão almejava que a sociedade feudal migrasse para as cidades, haja vista que representava a liberdade que não se tinha no feudo, com isso aumentou o número de pessoas, as cidades tendo caráter transformador e fazendo crescer o trabalho livre, nesse momento histórico se tem a cidade como o elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas.

As trocas comerciais se desenvolvem bastantes entre as cidades como: Paris, Milão, Veneza, Florença e Nápoles, esse é um ponto positivo do crescimento das cidades e do capitalismo.

No município de Santana onde se instalou a empresa Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) para extrair o manganês na década de 50, não ocorreu planejamento para possíveis aglomerados humanos que viessem se instalar ao seu entorno, o que acarretou o surgimento e crescimento ao longo dos anos da área em estudo denominada de Baixada do Ambrósio, os primeiros habitantes desta localidade foram migrantes principalmente do estado do Pará que vieram em busca de melhores condições de vida, com a intenção de conseguir trabalho na empresa de mineração. No entanto o que ocorreu com a entrada do capital externo no município no qual se instalou foi o crescimento desordenado do mesmo e surgimento de comunidades migrantes ocupando áreas impróprias para habitar. Sendo assim, pode-se afirmar que o capitalismo assim como pode dinamizar as trocas comerciais das cidades trazendo progresso e melhorando a qualidade de vida dos habitantes, pode também aumentar os problemas existentes de infra-estrutura, e de qualidade de vida quando o espaço urbano não é planejado para absorver um quantitativo expressivo de habitantes, de acordo com (ARRUDA & PILETTI *op cit*), as cidades antigas propulsoras do sistema capitalista não eram planejadas para

absorver número significativo de habitantes, as ruas eram tortuosas, os detritos eram atirados em qualquer lugar, acumulava-se a beira dos muros, formando os focos de epidemia, e o material mais utilizado nas construções era madeira, havia incêndios frequentes.

Essa perspectiva histórica que fora delineada acerca do desenvolvimento das cidades, bem como do processo de urbanização que nela foi construído e reconstruído em diversos momentos da história da humanidade, percebe-se que a mesma surgiu assumindo formas e conteúdos diversos enquanto produto das relações entre a sociedade e a natureza.

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico [...] a cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas e características e funções distintas. Ela seria assim o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado. (CARLOS, 2009, p. 57)

É na relação sociedade natureza que o espaço urbano se constitui, podendo a cidade ter origem cultural, industrial, comercial, administrativa etc. É nesse contexto que será abordado nos itens subseqüentes à questão da ocupação do solo urbano, nas diferentes interfases da formação histórica do espaço geográfico brasileiro, sua habitabilidade, assim como a política habitacional no Brasil.

1.2 História da Habitação no Brasil

Elucidar a questão habitacional no processo de ocupação do espaço brasileiro faz-se necessário explanar as medidas que foram implantadas no Brasil colônia pela coroa portuguesa, para ocupar de fato as terras que lhe pertenciam de acordo com o Tratado de Tordesilhas², discorrendo sobre as formas de produção que se desenvolveram em diferentes momentos da formação territorial, as classes sociais que se formaram, assim como as mudanças ocorridas com a independência

² Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas em 1494, pelo qual seriam terras de Portugal aquelas que fossem descobertas até a linha demarcatória situada a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Ver em ARRUDA & PILETTI. José Jobson de A, Nelson. **Toda a história: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

do país em 1822, passando para a forma de governo imperial, que perdurou de 1822 a 1889, e o Brasil república, a partir 1889, seguindo a política dos governadores até 1930, diante desse contexto que fora desenhado, se explanará como essas modificações espaciais ao longo das décadas desenvolveram a habitabilidade no espaço brasileiro e de que forma contribuiu para formação cultural, econômica, e social até os dias de hoje, sempre associando todo este processo à Baixada do Ambrósio.

O começo da ocupação portuguesa no Brasil em 1500 coincide com o início da Idade Moderna, que se caracteriza com mudanças decisivas em diversos seguimentos como, no campo socioeconômico com surgimento da burguesia mercantil e expansão comercial européia através das grandes navegações, no campo científico com desenvolvimento das ciências modernas, das tecnologias, no campo político com o fortalecimento dos reis e dos estados nacionais. (ARRUDA & PILETTI, *op cit*)

A colonização do território brasileiro começa com a busca de riquezas, que se inicia primeiramente com a exploração do pau- Brasil (1500-1530), o único produto de algum valor comercial que se sabia existir nessas terras, a mão-de-obra utilizada foi a indígena, atividade exercida sob a forma de escambo³, sabe-se que tal tipo de exploração não deu origem a estabelecimentos ou povoados, no entanto Portugal sabia que para manter a posse deveria organizar núcleos de povoamento e defesa, contra franceses, holandeses, que também tinham cobiça nessas terras.

Não foi fácil para os portugueses estabelecer o povoamento na colônia, já que a população era nômade e rarefeita em todo território, produzia somente para o consumo próprio, sendo que o comércio era inexistente, sociedade caracterizada como primitiva. A partir de 1530 os colonizadores decidem mudar a forma de exploração, mas, para isso, era necessário cultivar um produto de grande valor comercial e altamente lucrativo que tivesse boa aceitação no mercado europeu, e que pudesse atrair investimentos, nesse momento o açúcar era a especiaria mais bem paga e apreciada no mercado europeu, e a colônia apresentava condições ecológicas para o plantio, assim a colonização baseou-se em três elementos: grande propriedade, monocultura, trabalho escravo.

³Troca de mercadorias ou serviços sem uso de moeda. Ver em HOUAISS, Antonio; VILLAR, de Maurio de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário HOUAISS**. Ed. Objetiva Limitada Rio de Janeiro 2003.

Para esse desígnio, a costa brasileira foi dividida em quinze faixas de terras, do litoral à linha demarcatória de Tordesilhas, incentivou-se a migração de portugueses para a colônia, estes receberam da Coroa Portuguesa grandes extensões de terra chamadas capitânicas hereditárias, os donatários tinham o poder de administrar a capitania, sendo hereditária de pai para filho, entretanto a legítima propriedade era atributo do Estado, o donatário tinha o direito de dispor das terras e distribuí-las entre colonos, em que o tamanho da propriedade deveria ser proporcional ao número de escravos que o mesmo tivesse, era a chamada Lei da Sesmaria que estabelecia obrigações para quem as recebia, essa lei restringiu o acesso a terra à maioria da população, dando direito a poucos, no caso a classe senhorial, em que o direito ao poder da terra, era de acordo com seu plantel de escravos, esse sistema perdurou até 1822. (ARRUDA & PILETTI, *op cit*)

A monocultura da cana-de-açúcar só seria lucrativa em plantações extensas. Inicialmente tentou-se usar o trabalho dos índios nas lavouras, todavia estes não se acostumaram a tal atividade já que a mesma exigia disciplina, organização e vida sedentária. O índio rebelou-se quando os colonos tentaram o escravizar e obrigar ao trabalho diário, no entanto generalizou a escravidão do índio, legalizando-a através da Carta Régia⁴. Com a impossibilidade de contar em grande escala com o trabalho indígena, a partir de 1550 inicia o comércio regular de escravos entre África e Brasil, os portugueses já escravizavam os negros em outras localidades como nas ilhas do Atlântico antes da escravização destes ocorrer no Brasil. (ARRUDA & PILETTI, *op cit*)

As principais construções de habitação na *plantation* era a casa-grande residência senhorial geralmente edificada numa cota sobressalente da topografia, as senzalas quase sem janelas para facilitar a vigilância dos negros, a capela vista em destaque do alto de uma colina, as estrebarias e as oficinas. O negro não era considerado ser humano, mas mercadoria como qualquer outra, trabalhavam de sol a sol em canaviais, moendas, caldeiras, praticamente sem descanso, a dureza do trabalho e a precariedade da alimentação fazia com que sua vida útil chegasse ao máximo há dez anos, a super-exploração a qual eram submetidos, fazia com que

⁴ Em 1570 a Carta Régia autorizava a escravização de índios presos em guerra justa, isto é iniciada pelos índios ou promovida contra tribos que se negassem a submeter-se aos colonos. Ver em ARRUDA & PILETTI. José Jobson de A, Nelson. **Toda a história: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

estes fugissem dos engenhos para se organizar em quilombos, nestes lugares eles buscavam reconstruir as forma comunitárias de vida que foram bruscamente arrancados na África.

Destaca-se que os diferentes ciclos econômicos, como as *plantations*, mineração, a pecuária, a policultura, e o extrativismo amazônico que se desenvolveram de acordo com os interesses imperiais, do pacto colonial, de economia mercantil escravista, voltados prevalentemente para o mercado externo, contribuiu de fato para dinamismo de vilas e cidades.

As cidades são o lócus dos aparelhos da dominação colonial, reunindo a esta função “cidade de conquista” a de organizar a circulação e repartição do excedente oriundo do trabalho escravo entre os senhores, os burgueses mercantis a Coroa Portuguesa. (MOREIRA, 1990, p. 12)

As cidades de fato se desenvolveram no período colonial e monárquico (1530-1889) de forma incipiente, todavia a colônia e posteriormente o país independente continuava agrário-escravista, a maioria da população morava no campo e os principais produtos de exportação eram bens primários, sendo dependente de produtos industrializados. A historicidade das atividades que definiram e redefiniram o território brasileiro, expõem que o espaço é um produto do trabalho humano e também produto de lutas dos diversos atores sociais, escravos, posseiros, fazendeiros, que ajudaram a constituir-lo:

[...] a cidade é pensada enquanto trabalho social materializado, objetivado, que aparece na articulação do “construído e não construído” de um lado, e do movimento de mercadorias pessoas e idéias, de outro. Esse processo é marcado pela inter-relação contraditória do novo com o velho, imposta pelo processo de produção. (CARLOS, 2009, p. 71)

O processo de urbanização brasileiro foi lento e gradual, apesar das cidades serem o espaço do capital, e da divisão técnica e social do trabalho, atendendo as aspirações de uma sociedade de classes, no entanto quem terá direito a cidade, numa relação de dominação-subordinação.

No Brasil deste o período colonial até a independência a terra não era considerada mercadoria, não tinha valor, não podia ser comprada ou vendida, a ocupava quem pudesse. Com a lei 601 de setembro de 1850, conhecida como a Lei das Terras, que passou a regular as terras devolutas e a aquisição de terras,

determinando em seu primeiro artigo que o único meio para aquisição da propriedade de terras era a compra, deslegitimando, portanto, o acesso a terra pela posse ou ocupação. “Só quem podia pagar era reconhecido como proprietário jurídico definido em lei, além do valor moral, a propriedade como ocorria anteriormente, tinha também valor econômico e social”. (RODRIGUES, 1988, p. 17)

Com a Revolução industrial no século XVIII na Inglaterra, considerada a oficina do mundo, a migração campo cidade aumentou consideravelmente, houve um extraordinário desenvolvimento urbano, e uma separação: de um lado capitais e meios de produção, (instalações, máquinas e matérias-primas); de outro, o trabalho, os operários passaram a assalariados dos capitalistas. O sistema capitalista se consolidou, e para os ingleses o que interessava eram mercados consumidores, sempre mais amplos, era necessário que os trabalhadores fossem assalariados, e não escravos, já que este nada compra. Com esse interesse predominantemente econômico, passaram a pressionar o Brasil a abolir a escravidão, no entanto esse processo demoraria trinta e oito anos dado a resistência dos proprietários rurais, já que a mão-de-obra era predominantemente escrava, e o país agroexportador.

O Brasil colonizado e posteriormente Brasil independente (1822), fora um dos protagonistas que mais intensificou a escravidão, somando-se 388 anos de escravatura, processo que se prolongou nas seguintes fases: Lei Eusébio de Queiróz (1850); lei do Ventre Livre (1871); Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888), sendo esta “assinada pela princesa Isabel”, concluindo o processo abolicionista e tornando ilegal a escravidão no Brasil. (ENEM, 2007)

Como o Estado dificultou o acesso a terra não só no espaço rural, mas também no espaço urbano, com a aprovação da Lei das Terras, está tornou-se acessível a uma determinada classe, a terra tornou-se uma mercadoria de alto valor, inacessível aos negros, trabalhadores livres, e imigrantes, esse momento histórico refere-se à passagem do escravismo ao trabalho livre.

A relação entre a posse da terra e as condições sociais da maioria da população brasileira é fundamental para se definir parâmetros de análise e afirmar a função social da terra no espaço urbano, uma vez que, o direito a moradia digna é considerado básico, impulsionando a luta por cidades mais justas, humanas e acessíveis. Desta análise surge o argumento de uso do espaço urbano para fins sociais frente à valorização especulativa, causadora do grande abismo entre pobres e ricos detentores e não detentores do solo nas cidades e do surgimento de grandes

grupamentos habitacionais de periferia, obrigando a população a viver na ilegalidade urbana, o que vem caracterizar a área de estudo, uma vez que a ocupação do espaço ocorreu de forma ilegal.

1.3 Políticas Habitacionais Brasileira

A falta de moradia para a população carente no Brasil não é algo novo na pauta de preocupações de nossa época, tal situação é muito bem expressada na Baixada do Ambrósio no município de Santana.

Os indicadores sociais mais recentes expressam a grave crise de moradia no Brasil, principalmente para os segmentos populacionais menos privilegiados economicamente. Essa realidade revela preocupações por parte de diferentes setores da sociedade, que discutem as formas políticas de melhor operacionalidade do déficit habitacional no universo social brasileiro (SIQUEIRA, 2008, p.222)

A questão habitacional encontra-se presente no Brasil desde o final do século XIX, principalmente no centro econômico mais dinâmico do país, estendendo-se, com mais gravidade, no decorrer do século XX, acompanhando o processo de desenvolvimento urbano.

Para analisar a questão habitacional no Brasil é preciso lembrar-se da conjuntura estrutural do país no início do século XX, onde o Brasil iniciou o processo de industrialização, que acarretou a urbanização descontrolada em grandes cidades do Brasil.

Em relação ao Amapá esta dinâmica não pode ser levada em consideração, pois o Amapá servia apenas para uma economia de mercado e para garantir a defesa de suas fronteiras.

A história mostra que a perpetuação da desigualdade no planejamento urbano agrava-se após a aprovação da “Lei de Terras” e com a “abolição da escravatura” em 1988.

Os escravos libertos que não permaneceram nas áreas rurais foram em busca de sobrevivência nas cidades. Todo este quadro faz com que as cidades cresçam com um flagrante despreparo em termos de políticas públicas que atendessem essa população, formando cidades desordenadas.

Portanto, percebe-se que desde o início do processo de construção das cidades e da sociedade brasileira, houve um descompasso entre o acesso à

moradia e o crescimento populacional, sendo que tal fato não é caracterizado na Baixada do Ambrósio, pois a mesma encontra-se em uma história mais recente, que surgiu a partir da criação da ICOMI em 1954.

Nas primeiras décadas do Brasil Republicano, um lento processo de industrialização no Brasil, mais precisamente no eixo sul/sudeste, vai provocando, nas principais capitais desta região, a concentração da mão-de-obra operária.

A população das cidades aumenta e iniciam-se também alterações na composição social: no mesmo tempo que a burguesia se desenvolve e se diversifica em estratos diferenciados, uma classe operária começa a emergir.

Neste caso para as classes mais favorecidas com necessidades de habitação a produção privada encontrava mecanismos próprios para resolver o problema, em contra partida as classes menos favorecidas não eram contempladas por um amparo de cunho social para resolver a necessidade de habitação.

Para tal, dividi-se o período do século XX em quatro partes:

1. "Os primórdios da problemática habitacional", ou seja, o início do século XX até os anos 1930, período reconhecido pelo crescimento das cidades, em razão do aumento do fluxo migratório de ex-escravos e migrantes, e pela escassez de moradias e serviços públicos;
2. "Período Vargas (1930-1945)", historicamente responsável pelas transformações das cidades brasileiras à mercê de uma política econômica de desestímulo à produção agrícola e de ações políticas direcionadas ao desenvolvimentismo do país em uma base industrial;
3. "Pós-guerra até 1964", período marcado pela forte determinação do mercado privado em responder pela demanda habitacional;
4. "Da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964 ao fim do século XX", onde as bases das políticas públicas no enfrentamento do déficit habitacional, desde então presentes no cenário político brasileiro, comparecem.

Seguindo esta cronologia, abaixo segue a relação das principais instituições habitacionais até a criação do BNH, suas características e os seus respectivos governos.

Quadro 1 - Relação das Instituições Habitacionais no Brasil, período de 1934 a 1964

Instituições	Característica	Governo
Instituto de Aposentadorias IAPs (1934).	O Brasil deu os primeiros passos, intervindo na oferta de moradia.	Getúlio Vargas (1930-1945)
Fundo da Casa Própria FCP (1948)	Visava atender a população que não participava do mercado formal.	Eurico Gaspar Dutra. (1946-1951)
Plano de Assistência Habitacional PAH (1961).	A principal inovação consistia na proporção entre a prestação do financiamento e o salário mínimo.	Juscelino Kubitschek (1956-1961)
Sistema Financeiro de Habitação SFH (1964). Banco Nacional de Habitação BNH (1964).	Estes tinham como objetivos: coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria; eliminação das favelas.	Castello Branco (1964-1967)

Fonte: Coletânea da Legislação Federal. Adaptado por CRUZ.

Após inúmeras tentativas de criar políticas públicas habitacionais capazes de suprir a necessidade de habitação no Brasil, somente em 1964 surgiu o principal agente da política habitacional do governo brasileiro, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH), instituído pela Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, que objetivava a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações através das cadernetas de poupança e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do BNH.

Para atender a demanda, o SFH foi dividido em dois ramos: um direcionado às classes média e alta, gerido por agentes privados ligados à construção civil, e o outro, voltado para a classe de baixa renda, que era operado por agências estatais, por meio de Companhias Estaduais e Municipais de Habitação. Porém, igual para os dois sistemas foi o autofinanciamento, sendo necessário, portanto, que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento. Esta forma de financiamento acabou por prejudicar as populações com baixa renda, neste caso se enquadra a população da Baixada do Ambrósio. Para, além disso, tinha como política a remoção das ocupações ilegais para as habitações sociais.

No contexto econômico pelo qual passava o Brasil nos anos 80 e 90, com crises econômicas, arrocho salarial e perda do poder aquisitivo, as prestações da relação contratual muitas vezes foram corrigidas em desacordo com o aumento salarial, o que gerou uma inadimplência acentuada. O resultado é que o SFH

beneficiou muito mais as classes com renda mais elevada (acima de oito salários mínimos), do que aquelas de baixa renda (abaixo de três salários mínimos).

A proposta de política habitacional formulada previa um estímulo à indústria da construção civil, a geração de emprego não-qualificado e a erradicação das favelas, mas sem promover qualquer tipo de articulação entre a produção de moradias e as formas de desenvolvimento e expansão urbana, tal fato é constatado na Baixada do Ambrósio, pois com a exploração do manganês pela ICOMI, surgiu ao redor da infra-estrutura do empreendimento aglomerados sem a articulação de produção de moradias e expansão urbana.

Paralelamente à criação do BNH, foi criado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, que englobava todas as instituições financeiras públicas e privadas, orientadas para a captação de poupança. A atividade do Sistema teve início com a criação de cooperativas habitacionais abertas, sob a orientação de empresários privados, com o objetivo de captar a poupança da população, que, somada aos recursos de origem governamental, seria utilizada na construção de grandes conjuntos habitacionais.

Durante os anos do “milagre econômico brasileiro⁵”, os recursos do FGTS, somados aos recursos das cadernetas de poupança, garantiram um fluxo permanente para investimento habitacional. Contudo, os recursos do SBPE e do FGTS são onerosos, pois deviam sofrer correção monetária e render juros para os aplicadores. Assim, progressivamente esses recursos foram sendo dirigidos a empreendimentos de renda média e alta, cujo retorno financeiro era maior. Outra característica dessa política do BNH foi a gestão centralizada e autoritária, própria da estratégia dos governos militares, com o argumento de buscar o barateamento e rapidez na construção, realizou projetos uniformizados e padronizados em todo país, sem considerar as diferenças geográficas e culturais de áreas sem qualquer infra-estrutura urbana. O padrão de política habitacional para baixa renda restringiu-se à construção de novas unidades desarticuladas das necessárias condições ambientais e de serviços de infra-estrutura e saneamento.

⁵O "milagre econômico brasileiro" é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante o Regime militar no Brasil, também conhecido pelos opositoristas como "anos de chumbo" especialmente entre 1969 e 1973, no governo Médici. No período áureo do desenvolvimento brasileiro em que, paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza. Disponível <http://pt.wikipedia.org/wiki/Milagre_economico_brasileiro>. Acesso em 09/11/2011.

Esse estilo autoritário de fazer política habitacional vetou qualquer participação das comunidades para quem eram construídas as casas e, muitas vezes, até dos governos locais.

Também não levou em conta questões fundamentais como a proximidade do local de moradia com o local de trabalho, o que tem reflexos no alto custo social e econômico para as comunidades e cidades, gerando o isolamento e segregação dos conjuntos populares.

A política do BNH acabou por encarecer o custo das terras urbanas, incentivando a especulação imobiliária e produzindo cada vez mais uma cidade totalmente à margem do mercado.

O BNH fomentou a indústria da construção civil e ampliou enormemente as frentes de trabalho das empreiteiras, mas pela maneira como foi estruturado o SFH, os agentes financeiros é que eram beneficiados pelos rendimentos financeiros do sistema, sob a proteção e a garantia do governo. Eles captavam grande parte dos recursos do FGTS, que ficava 40 dias girando nos bancos privados antes de ser repassado ao BNH. “Enquanto durou o milagre, o BNH estava em boa situação financeira, tendo contratado 3.726.620 financiamentos habitacionais, dos quais 1/4, e menos de 12% dos recursos, foram destinados à favor de interesse social”. (PAZ, 1996, p. 44)

Na recessão dos anos 80, a alta inflacionária, a crise econômica, o desemprego, os saques progressivos da poupança e do FGTS diminuíram os recursos para investimentos, o que levou à falência o SFH e o BNH, em 1984.

É somente nos últimos anos do BNH, em plena falência de sua estrutura financeira, quando já se observavam políticas municipais e estaduais de urbanização de favelas e a intervenção governamental na autoconstrução e mutirão, que são lançados programas federais que possibilitam investimentos em urbanização de assentamentos populares. É o caso do PROMORAR, que originalmente deveria erradicar favelas, e do programa JOÃO DE BARRO, que apoiava a autoconstrução e o mutirão.

Com os baixos salários, a elevação dos aluguéis e um SFH que não realiza a sua função social, a autoconstrução em lotes adquiridos ou em ocupações de terras tornou-se alternativa possível para grande parcela dos trabalhadores, onde se acentuou o crescimento de moradias na Baixada do Ambrósio.

A alternativa da urbanização de favelas e da intervenção governamental na autoconstrução e mutirão, se não foi uma política e prioridade do BNH, foi a principal política dos municípios e estados pressionados pelas tensões sociais de habitação.

O governo Sarney extinguiu o BNH, mas não introduziu novos mecanismos de financiamento para habitação popular. O que se observou foi a redução dos recursos financeiros provenientes do FGTS, que passaram a ser geridos pela Caixa Econômica Federal - CEF.

No governo Collor, com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Urbano, a atribuição da política habitacional passa para o Ministério da Ação Social, revelando uma visão assistencial da questão.

Nesse contexto, foi lançado o Programa de Ação Imediata para Habitação - PAIH, que previa o atendimento à demanda popular de menor renda, mas foi comprometido pelo esquema de corrupção (desvio de verbas, apadrinhamento de recursos, obras superfaturadas), presentes na gestão Collor e que levaram ao seu impeachment⁶.

Apesar do caráter antidemocrático do BNH, com sua falência ocorreu um vazio de política habitacional do país, o que provocou o acirramento de conflitos e a pressão dos movimentos de moradia frente aos governos municipais, estaduais e federal.

Na Baixada do Ambrósio com a falência do BNH, sua realidade não mudou, pois as políticas assistencialistas efetuadas pelo BNH não enquadravam os moradores daquela área, pois em sua maioria a relação trabalhista era e é de caráter informal de acordo com questionário aplicado.

Atualmente a política habitacional gira em torno do programa minha casa minha vida que tem como objetivo e meta construir um milhão de habitações, priorizando famílias com renda de até três salários mínimos, mas que também abrange famílias com renda de até dez salários mínimos. O programa será em parceria entre União, estados, municípios, empreendedores e movimentos sociais.

⁶Impeachment é uma expressão inglesa usada para designar a cassação de um chefe do Poder Executivo. Significa também impedimento, impugnação de mandato, retirar do cargo uma autoridade pública do poder Executivo. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/politica/impeachment.htm>>. Acesso em 09/11/11.

1.4 O Amapá no Contexto das Políticas Habitacionais na Amazônia

As *company towns*, ou cidade-empresa, implantadas na Amazônia é um importante objeto de análise para o processo de urbanização e política habitacional de contraste e contradições.

Uma implantação moderna na Amazônia, introduzindo uma nova paisagem, e um novo estilo de vida, que muito pouco tem a ver com a paisagem e a população regional. Mas a *Company Towns*, por outro lado, reproduz o padrão classista da cidade brasileira: bairros dos quadros técnico-administrativos superiores, bairros do pessoal intermediário e bairro operário, cada um deles distingue-se, nitidamente, na paisagem urbana (CORRÊA, 2006, p. 241)

Dado ao seu caráter planejado as *company towns* contam com uma rede de infra-estrutura: sistema de esgoto, água, energia elétrica, escolas, hospitais, clubes, áreas de esporte e lazer, capazes de satisfazer as necessidades de seus habitantes, sua função era de servir de moradia à mão-de-obra qualificada dos grandes projetos. Onde esta foi construída e planejada para obedecer a lógica de produção capitalista, e em seu entorno “criam-se” núcleos urbanos .

Paralelamente, no momento de instalação e efetivação de grandes projetos da Amazônia surgiu em seu entorno os assentamentos urbanos espontâneos, caracterizados entre outras coisas pela falta de infra-estrutura e pela pobreza de sua população.” Um núcleo urbano com relativo conforto para os funcionários da empresa e uma periferia com pouca ou nenhuma infra-estrutura para as famílias desapropriadas de migrantes que chegam atraídos pelos projetos” (GONÇALVES, 2005, p. 73)

O que vem ocorrendo nas instalações desses projetos como: Projeto minero-metalúrgico Albrás-Alunorte em Barcarena no Estado do Pará, que ao redor da *company towns* surgiu o bairro sem nenhuma ou pouca infra-estrutura, temos também o projeto Jarí no Estado do Amapá que ao seu redor surgiu o “Beiradão” crescimento urbano “espontâneo” e na Serra do Navio com extração do manganês construiu a *company towns* Vila Amazonas e paralelamente o crescimento urbano desordenado como a Baixada do Ambrósio.

As políticas habitacionais existentes na Amazônia só foram percebidas através dos grandes projetos. No Amapá a política habitacional existente ao longo das últimas décadas, é a construção de casas habitacionais em parceria do governo

municipal, estadual e federal. Sendo assim temos a construção dos conjuntos habitacionais nos Bairros Boné Azul, Infraero II, e outros, tal política não foi ampliada para Baixada do Ambrósio.

As fotos de um a seis evidenciam a política habitacional efetivada nas construções de casas em Macapá. De acordo com o Sr. Zadir Senna, funcionário Público a mais de dez anos na Secretária Municipal de Obras de Macapá – SEMOB. Fala: “a política habitacional existente, é a construção de conjuntos habitacionais, tal qual a secretaria tem apenas a competência de construir”.

Figura 1: Conjunto Habitacional do bairro Boné Azul, com casas já modificadas.



Fonte: Pesquisa de campo/2011

Figura 2: Padrão das casas do conjunto Habitacional do Boné Azul.



Fonte: Pesquisa de campo/2011

Figura 3: Conjunto habitacional do Infraero II, já modificado.



Fonte: pesquisa de campo/2011

Figura 4: Padrão das casas do conjunto Habitacional do Bairro Infraero II.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Figura 5: Conjunto habitacional do bairro das Pedrinhas.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Figura 6: Padrão das casas do conjunto habitacional do bairro das Pedrinhas.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

A mais “nova” política habitacional implantada na cidade de Macapá é a criação de prédios habitacionais como o caso implantado no Jardim I para funcionários públicos do estado e Vila do Mucajá para população carente, que será transferida por motivo de risco ambiental, de deslizamento de terra. Veja fotos sete e oito que mostram a nova fase da política habitacional em Macapá com a construção de prédios para habitação.

Esses prédios foram construídos com a finalidade de assegurar uma moradia digna não só para os funcionários públicos como também para a população carente que estava morando em uma área imprópria.

Estes projetos habitacionais foram efetivados em parceria da prefeitura municipal de Macapá com o governo federal, através do programa assistencialista do governo federal minha casa minha vida.

Figura 7: Prédio habitacional no Jardim I para funcionários públicos.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Figura 8: Prédio habitacional do Mucajá, destinados a população carente.



Fonte: Pesquisa de campo/2011

Nas fotos sete e oito nota-se que a um mesmo padrão de construção dos prédios, tanto na zona norte da cidade no bairro jardim I, quanto no centro da cidade do conjunto mucajá, padrão também encontrado no sul e sudeste do Brasil.

Já o município de Santana trabalha com as duas diretrizes tanto a doação de lotes, como a construção de conjuntos habitacionais como é o caso dos conjuntos do Delta do Matapí, Mutirão do Paraíso, Pirativa e Parque das Laranjeiras.

Estes conjuntos habitacionais, de acordo com o engenheiro civil da prefeitura municipal de Santana Márcio Souza, são dotados de sistema de tratamento de água, drenagem de esgoto com fossa e filtro, rede de energia elétrica, além de uma rede coletora completa.

Segundo o Sr. Márcio Souza engenheiro civil, funcionário público da Secretaria de Habitação de Interesse Social - SHIS o setor de fiscalização de obras nos informou que, em Santana, existem dois conjuntos habitacionais em construção a Vila Pirativa e o Conjunto do Delta.

Figura 9: Conjunto Habitacional do Parque das Laranjeiras no município de Santana.



Figura 10: Conjunto habitacional de Vila Amazonas (projeto ICOMI) no Município de Santana



Fonte: Pesquisa de Campo/2011.

O governo através do estímulo a autoconstrução e pelo financiamento da construção de casas e edifícios para abrigarem os despossuídos de moradias. As consequências dessa atuação do governo são a construção, ou de conjuntos de casas pequenas, ou de edifícios repetitivos de apartamentos, com a mesma arquitetura e muitas vezes de baixa qualidade. (SPÓSITO, 2004, p. 28)

São essas políticas habitacionais de construção de conjuntos habitacionais que vem se operacionando, seguindo uma padronização dos conjuntos e modelos de casas nos diversos bairros de Macapá e Santana.

As fotos buscam evidenciar os projetos de construção de casas padronizadas do governo do estado em parcerias com o governo federal, com exceção do conjunto de Vila Amazonas, em muitos casos indiferentes com a realidade local da população. O município de Santana trabalha também com doação de lotes urbanos, a partir de remanejamento da população para outras áreas.

As formas de ocupação do urbano no Estado do Amapá ocorrem a partir de “invasões” onde a população ocupa uma área de forma clandestina e posteriormente reivindica os equipamentos urbanos de uso coletivo, como água encanada, energia elétrica, asfaltamento e saneamento básico entre outros, ou seja, infraestrutura para

melhorar o espaço de moradia. Após ocupação dessa área em muitos casos o estado dar o direito de uso, onde a população só terá o direito de posse mediante compra do lote. Tal política fica evidenciada nos diversos bairros de Macapá e Santana.

O que se percebe é que tem sido frágil ou praticamente inexistente uma resposta do Estado para atendimento da demanda qualitativa e quantitativa de habitação popular, um dos fatores explicativos do caminho alternativo da população de se instalar em áreas consideradas de ressaca, informais no aspecto legal, mas que estabelecem a criação de subespaços denominados áreas de “baixadas”, áreas de ocupações ou “invasões”. São espaços que a população de baixa renda acaba tendo acesso para moradia na cidade de Macapá e Santana, sendo o caso da Baixada do Ambrósio.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho – SEMAST é o órgão responsável por projetos de habitação no que diz respeito ao cadastro da população e na distribuição de casas e apartamentos. A Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) através da SEMAST em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) desenvolve ações que objetivam garantir o direito social de moradia.

Os critérios de inclusão para os programas de moradia são:

- ✓ O presente projeto define a instituição e a regulamentação da concessão em caráter excepcional, de benefícios especiais às vítimas de desastres, cujas casas tenham sido destruídas ou tenham que ser demolidas em decorrência dos desastres ou para evitar novos desastres.
- ✓ Cadastro efetuado sob a coordenação da SEMAST.
- ✓ Comprovação da renda per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.
- ✓ Situação de vulnerabilidade temporária.
- ✓ A casa tenha sido total ou parcialmente destruída.
- ✓ A casa tenha que ser demolida em decorrência dos desastres ou para evitar novos desastres, em especial nos casos de apresentarem problemas estruturais graves, estarem situadas em áreas sob risco eminentes de desabamento ou desmoronamento ou em área de preservação permanente.

- ✓ Em situação de vulnerabilidade temporária, o advento de risco, perdas e danos a integridade pessoal e familiar.
- ✓ Situação de calamidade pública: perdas privação de bens e de segurança material e danos agravos sociais e ofensa.

São esses os critérios para o cadastro na SEMAST, no entanto tal cadastro não garante o acesso à moradia, pois esse cadastro só é realizado em caso de sinistro ambiental, social ou pressão da sociedade encabeçada por ordem política. Foi o que percebemos em visita e entrevista nas secretarias: SEMOB, Secretária Municipal de Desenvolvimento Habitacional - SEMDH e SEMAST. Essas secretarias não possuem um arquivo de todas as obras de moradia efetuadas no Estado, e as que possuem documentos não foi possível o acesso com a justificativa da realização de uma auditoria nas obras de construção de casas no período da visita (julho 2011), e também pelo processo de transição de governo.

Foram realizadas entrevistas com Sr. Arlindo Santana Silva, técnico em engenharia, funcionário público da SEMOB, o mesmo informou que foram construídas, no Bairro das Pedrinhas, 111 unidades, no Infraero II, 178 unidades e, no Mucajá, 37 blocos com 16 apartamentos.

No município de Santana, a Vila Amazonas foi uma *company towns* da Empresa ICOMI, neste local nota-se a operacionalização de um planejamento habitacional.

A questão central que se coloca não é apenas o acesso à moradia adequada, é a habitação em um conceito mais amplo que abrange não só a posse da terra e do imóvel, mas também serviços habitacionais de infraestrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo (SILVA, 1989, p.103). Quando se pensa em leis que vêm regulamentar a política habitacional a partir do urbano, se tem na Constituição Federal:

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA, Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

O Estatuto da cidade (Lei nº 10.257/2001) vem regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que conformam o capítulo relativo à política

urbana, direcionando o uso e ocupação do solo urbano, a partir do estatuto da cidade direcionando as políticas habitacionais, com planos setoriais enquadrado no plano diretor de cada cidade. E para a Amazônia constatam-se apenas as *company towns*, como primeira política habitacional efetivada nessa região.

Consultas ao portal da transparência do Governo Federal para identificar as verbas direcionadas para o Estado do Amapá, veja a tabela um:

Tabela 1 – Transferência de recursos por Estado e a divisão para cada município

Transferência de Recursos por Estado/Município UF: AMAPÁ Exercício: 2010	
Descrição	Total no Ano (R\$)
Total destinado ao Governo do Estado:	1.791.427.612,44
Municípios	Total no Ano (R\$)
Amapá	6.182.982,33
Amapari	11.886.200,23
Calçoene	10.013.961,29
Cutias	9.995.253,72
Ferreira Gomes	5.355.686,97
Itaubal	4.544.435,84
Laranjal Do Jari	33.308.183,41
Macapá	266.352.838,04
Mazagão	14.926.215,66
Oiapoque	12.659.521,74
Porto Grande	15.307.653,91
Pracuúba	5.299.247,87
Santana	61.075.780,99
Serra Do Navio	8.898.629,07
Tartarugalzinho	12.197.584,35

Tabela 1. Com valores de repasse anual de 2010 do governo federal ao estado do Amapá e seus municípios.

Fonte: < www.portaltransparencia.gov.br>, Acesso. 10/05/11.

A partir da tabela um verifica-se que os repasses maiores são para os municípios de Macapá capital do Estado e Santana segundo município mais

populoso segundo o IBGE, 2010. A partir desses repasses de verbas o governo estadual tem que investir nos diversos setores conforme tabela dois:

Tabela 2 – Repasse do ano de 2010 do Governo Federal para implementação das ações governamentais do Estado do Amapá.

Função	Ação Governamental	Total no Ano R\$
Direitos da Cidadania	8787 - Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – PAIR	380.800,00
Saúde	8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde	89.850,00
Saúde	8705 - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social e de Educação em Saúde	122.312,27
Direitos da Cidadania	2C52 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	2.262.503,52
Saúde	8707 - Ampliação e Fortalecimento da Participação e Mobilização Social em Defesa do SUS	49.894,30
Saúde	8619 - Aperfeiçoamento, Implementação e Acompanhamento dos Processos de Planejamento e de Avaliação do Ministério da Saúde	501.600,00
Educação	8790 - Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	232.963,00
Educação	8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	8.666.808,00
Educação	6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica	475.200,00
Habituação	8875 - Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social	220.740,85
Segurança Pública	8857 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	1.038.449,01
Direitos da Cidadania	8932 - Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	680.000,00
Direitos da Cidadania	8834 - Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	150.000,00
Educação	8526 - Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	84.695,08
Direitos da Cidadania	8802 - Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica	438.912,20

Tabela 2 - com ações governamentais para investimento, anuais nos diversos setores no estado do Amapá.

Fonte: < www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso. 10/05/11.

Com o repasse anual do Governo Federal o Estado tem que investir nos diversos setores de acordo com a tabela dois, onde nota-se a ação do Estado da seguinte maneira: cinco ações no setor de Direitos da Cidadania, quatro ações no setor da saúde, quatro ações no setor da educação, uma ação no setor da segurança pública e uma ação no setor de Habitação. Não sendo para o Estado a

habitação uma prioridade, veja as tabelas três e quatro e os valores repassados para habitação para o município de Macapá e Santana.

Tabela 3 - Repasses de verbas para o Estado e municípios para habitação em Macapá.

Transferência de Recursos por Estado/Município UF: AMAPÁ Exercício: 2010		
Descrição	Valor (R\$)	
Total destinado ao Governo do Estado:	R\$	1.791.427.612,44
Total destinado aos municípios do Estado:	R\$	493.545.537,86
Total destinado ao município MACAPA:	R\$	266.352.838,04
Total destinado à ação 10S3 - Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários:	R\$	6.116.707,24

Tabela - 3 repasses de verba para o estado e municípios para habitação em Macapá. Fonte: <www.portaltransparencia.gov.br>, Acesso. 10/05/11.

As tabelas três e quatro são comparativas dos programas de Habitação em Macapá e Santana.

Tabela 4 - Repasses de verbas para o estado, municípios e para habitação em Santana

Transferência de Recursos por Estado/Município UF: AMAPÁ Exercício: 2010		
Descrição	Valor (R\$)	
Total destinado ao Governo do Estado:	R\$	1.791.427.612,44
Total destinado aos municípios do Estado:	R\$	493.545.537,86
Total destinado ao município SANTANA:	R\$	61.075.780,99
Total destinado à ação 10SJ - Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social:	R\$	212.874,99

Tabela 4 - Repasses de verbas para o estado, municípios e para habitação em Santana. Fonte: <www.portaltransparencia.gov.br>, Acesso. 10/05/11.

Ao analisar as tabelas evidencia-se que não se tem uma preocupação maior com a política habitacional mais sim nos demais setores como educação e saúde. E os únicos municípios do Estado que possuem verba e política habitacional, mesmo que insuficiente, para Macapá e Santana. Pois existe verba direcionada para este

setor sendo, necessário uma ação e gerenciamento dos recursos para efetivação de moradias adequadas.

1.5 O Espaço Urbano e as Problemáticas Habitacionais com a Instalação da ICOMI na Baixada do Ambrósio.

Ao analisar o espaço urbano santanense é importante frisar de que forma o mesmo foi se constituindo ao longo das décadas. Santana recebe este nome em homenagem a Nossa Senhora de Santa Ana que também é sua padroeira. A povoação da Ilha de Santana foi o primeiro núcleo habitacional de Santana, tendo os portugueses, mestiços vindos do Pará e índios da nação tucujús, índios esses vindos do alto Rio Negro. Sendo elevada a categoria de povoado em 1758, por Mendonça Furtado Governador do Grão-Pará e Maranhão. Santana foi desmembrada de Macapá em 17 de dezembro 1987 passando a categoria de município através do Decreto-lei nº 7369 de 17 de dezembro de 1987.

Santana atualmente possui população estimada em 101.262 habitantes (IBGE 2010), seu desenvolvimento econômico iniciara com a instalação do projeto ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios), que passou a atuar no Amapá no início na década de 50. O Porto para escoamento do minério bem como o escritório da empresa foram construídos em Santana.

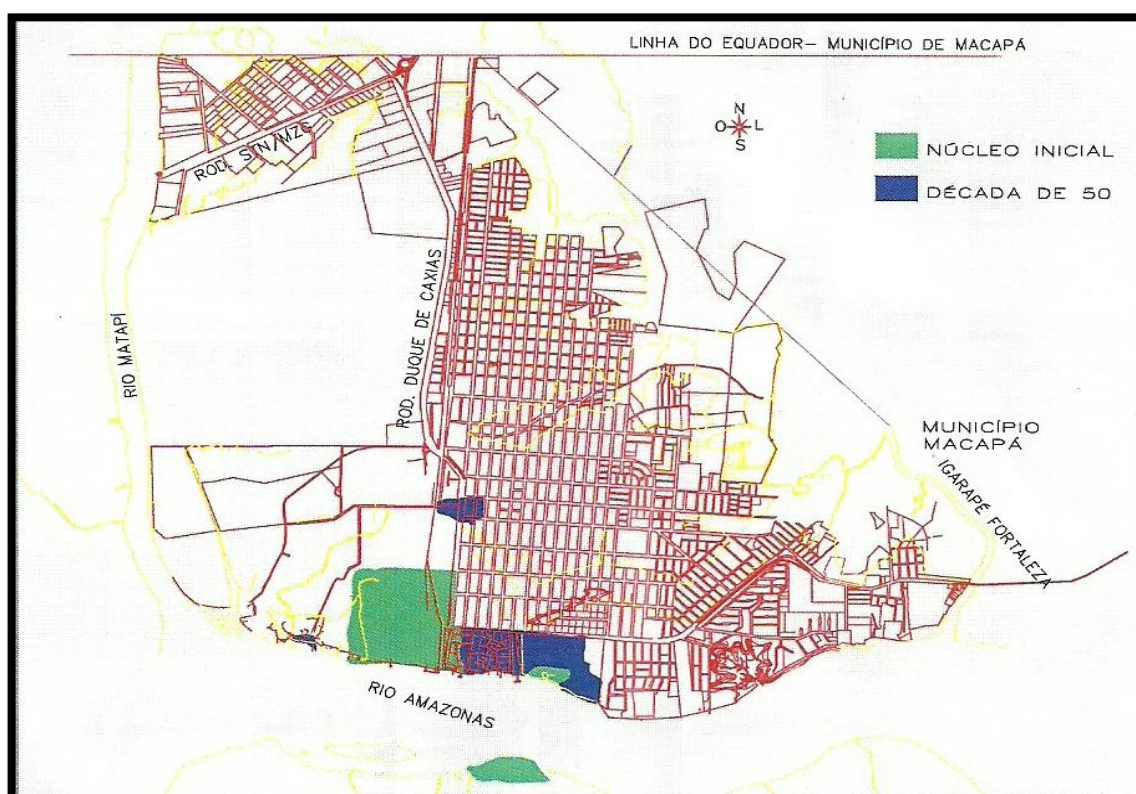
Figura 11: Início do canteiro de obras da ICOMI



Fonte: Plano Diretor Participativo de Santana 2005.

Com a instalação do projeto ICOMI, o município recebeu enormes contingentes populacionais, sendo que o mesmo não se apresentava estruturado e com infra-estrutura para absorver a população migrante. Foram construídos casebres de madeira nas imediações do Porto. Foi nesse momento que surgira a área em estudo denominada de Baixada do Ambrósio na década de 50. Ver mapa.

Figura 12: Mapa da expansão urbana do município de Santana-AP na década de 50.



Fonte: Plano Diretor Participativo de Santana 2005.

A implantação da ICOMI no Amapá, empresa de pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de minério de manganês provocou a ampliação dos limites urbanos de Santana dado o contingente populacional que chega à cidade motivada pelos possíveis empregos que seriam ofertados pela exploração do minério de manganês e a construção da ferrovia para transportar a produção mineral ligando Serra do Navio à Santana, com aproximadamente 200 km de extensão e o Porto de Santana, que apresentou condições de receber navios de grande porte.

Torna-se interessante ressaltar que as pessoas que residiram e residem na Baixada do Ambrósio, constituíssem em sua maioria de pessoas que dispõem de

pouca renda, possuem residências inferiores, que estão localizadas em terrenos de baixo valor agregado, onde as famílias convivem no seu dia a dia com a ausência de serviços essenciais, que será mostrado nos itens subseqüentes.

1.6 As Políticas Habitacionais no Município de Santana

Ao longo da história do Amapá e conseqüentemente a da criação do município de Santana, percebe-se que as suas transformações políticas e econômicas tornaram-nos pólo de atração para migrações populacionais, tal fato acarretou um aumento significativo em sua população. Esse aumento populacional não foi acompanhado por políticas públicas voltadas para atender esta dinâmica, principalmente no que diz respeito à habitação.

Dentre estas transformações, é importante destacar a construção da infraestrutura da empresa ICOMI, que proporcionou a primeira grande oferta de emprego amapaense, sendo um atrativo a mais para os migrantes nortistas e nordestinos devido à expectativa de obtenção de emprego formal.

Essa expansão populacional deve-se principalmente aos investimentos efetuados pela ICOMI. Neste momento, começaram a ser ocupadas as áreas úmidas da capital e as várzeas próximas ao rio Amazonas em terras que futuramente seriam incorporadas ao município de Santana, tais ocupações ocorreram de forma desordenada e que em sua grande maioria no que diz respeito a habitação não dispunha de nenhuma condição de habitabilidade.

Com a instalação da ICOMI em Serra do Navio, surgiu o núcleo populacional Vila Maia, hoje bairro central. Posteriormente, surgiram os bairros de Área Portuária (na várzea do rio Amazonas) onde está localizada a Baixada do Ambrósio, Comercial e Vila Amazonas que foi construída e administrada pela ICOMI. O município de Santana surgiu devido à emancipação de Macapá.

As tendências de crescimento do projeto eram eminentes, atrelando novas células industriais e por conseqüência exigindo infra-estrutura, não só industrial, sobretudo, no que diz respeito ao porto, como também, a base de assentamentos para mão-de-obra mobilizada para o projeto, dando dessa forma início a formação de um núcleo urbano periférico, que em parte sobreviveria de demandas secundárias e outra grande parte constituiria o chamado estoque de mão-de-obra, está acentuadamente empobrecida.

O processo avança e estando Santana a apenas 20 km da cidade de Macapá e sendo um dos núcleos mais capacitados do Estado, sobre o aspecto da infraestrutura após a capital, somando-se isso a atrativos e/ou, a polarização dos projetos implantados, continuam as fortes pressões imigratórias, promovendo taxas de crescimento superiores às constatadas no Estado.

Somadas as limitações à inadequada expansão urbana, dois fatores dificultam o desenvolvimento do núcleo urbano de Santana. Primeiro a diminuta área disponível, segundo, suas condições topográficas adversas.

Atrelada aos seus limites naturais, sobretudo, os hidrográficos, a área patrimonial do município é de cerca de 4.200 ha, com menos de 1.000 ha, em condições de ocupação urbana adequada. Desta área ainda subtrai-se 1.200 ha pertencentes ao distrito industrial, sendo o restante formado por 60% de áreas baixas, sujeitas a inundações, as chamadas áreas de ressaca, onde está localizada a Baixada do Ambrósio, portanto não oferecendo condições apropriadas a urbanização e a construção de habitações. (Plano Diretor Participativo de Santana 2005)

Assim sendo, não é difícil perceber que, o crescimento da cidade muito cedo tendeu a pressionar as áreas baixas, ressacas, constituindo assim, grande parte do atual tecido urbano constituído por mais de quatro grandes bairros. A ocupação dessas áreas sob o prisma do urbanismo adequado e não segregador é extremamente indesejável, se agravando mais ainda quando se verifica a situação sanitária precária da cidade.

A realidade percebida no Estado é de decadência a partir das suas atividades econômicas, além da ausência de equipamentos, serviços básicos, políticas habitacionais, emprego e renda. Todos estes fatores mais a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) em 30 de dezembro de 1991, promoveu fortes pressões migratórias internas na direção dessas cidades, além da migração acentuada para Santana. Grande parte da mão-de-obra abrigada na cidade de Santana caracterizava-se pela falta de qualificação. Pauperizada, a população urbana é forçada a ocupar áreas sem mínimas condições de moradia, sobretudo face aos estreitos espaços onde se localiza a precária infra-estrutura urbana, que de forma acelerada é pressionada pela especulação imobiliária, catalisada após a criação da ALCMS.

O quadro grave da habitação no município de Santana pode ser constatado pelo grande número de áreas de “invasão” na zona urbana, quase sempre localizadas em áreas inadequadas à moradia. Outro ponto alarmante é a ocupação desordenada na orla marítima, sem condições de moradia onde se originou a Baixada do Ambrósio.

Até 1995 não existia nenhum órgão específico para cadastrar famílias interessadas em programas habitacionais, sem mencionar em programas voltados para: urbanização de áreas ocupadas de forma desordenadamente; regularização fundiária e oferta de terrenos; oferta de material de construção para melhoria das moradias; conjuntos habitacionais para população de baixa renda.

Somente em 1995 a prefeitura municipal de Santana, juntamente com o governo federal criaram o Programa de Habitação de Interesse Social - PHIS que consiste em dar suporte à construção de casas populares para população de baixa renda.

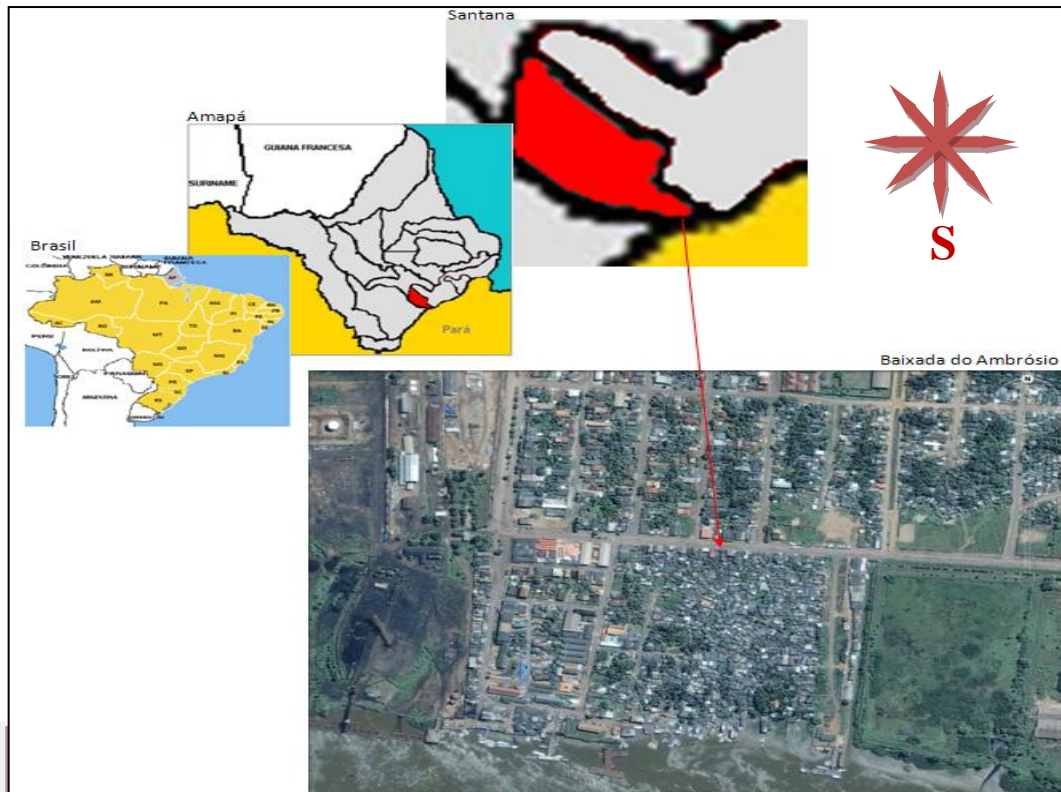
De acordo com o indicadores de desenvolvimento sustentável - Dimensão social – Habitação (IBGE, 2010), moradia adequada é condição determinante para a qualidade de vida da população. Um domicílio pode ser considerado satisfatório quando apresenta um padrão mínimo de aceitabilidade dos serviços de infraestrutura básica, além de espaço físico suficiente para seus moradores.

A ausência da organização administrativa para tratar a questão habitacional no município de Santana, deve ser encarada de maneira a criar mecanismos claros, consistentes e com resultados perceptíveis.

1.7 Existe Política Habitacional na Baixada do Ambrósio?

O uso e ocupação do solo urbano da Baixada do Ambrósio e as políticas habitacionais para esse espaço serão aqui trabalhadas na busca de respostas ao questionamento se existe política habitacional efetivada na área em estudo. A Baixada do Ambrósio está localizada no município de Santana-AP, às margens do rio Amazonas e próximo ao porto comercial de Santana, limita-se ao sul com rio Amazonas; a leste com bairro comercial; a oeste com o porto da Souza Mar e ao norte com a Rua Claudio Lucio Monteiro. Veja imagem abaixo para localização da área em estudo.

Figura 13: Mapa da localização da Baixada do Ambrósio no Território Brasileiro.



Fonte: Montagem Tavane Silau, 2011.

Figura 14: Imagem aérea da Baixada do Ambrósio



Fonte: IBGE, 2010.

1.7.1 Histórico da Baixada do Ambrósio

A ocupação da Baixada do Ambrósio se deu a partir da ICOMI, ao atrair várias pessoas em busca de trabalho. Por volta dos anos de 1960 a ICOMI, construiu quatro casas de papelão para alguns de seus funcionários. Por causa dessas casas o lugar ficou conhecido como Vila Papelão, foi o primeiro nome da área, depois Vila do Mucajá, pela grande quantidade de árvores de Mucajá, com o início da invasão passou a ser chamado de Vila Toco. Atualmente é conhecida como Baixada do Ambrósio, por causa do seu Ambrósio Vitorino Marques Neto Veja foto, um antigo morador, que chegou ao Amapá em 1954, onde montou um estaleiro ficando como referência da área.

Figura 15: Senhor Ambrósio Neto.



Fonte: SILVA, 2006.

1.7.2 Caracterização da Área

A Baixada do Ambrósio possui uma localização privilegiada no que tange ao acesso ao porto Comercial de Santana, ao porto do Projeto ICOMI, e aos serviços

de uso coletivo urbano como escolas, hospitais, comércios e outros. No entanto o solo não é adequado para moradia por ser uma área de ressaca:

Ressaca: é uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas (PORTILHO, 2010, p. 3)

A ocupação dessa área úmida com objetivo de moradia tem causado uma pressão cada vez maior nesse espaço de grande fragilidade natural, causando perda na qualidade dos recursos hídricos, desmatamento e perda de biodiversidade. O uso da área de ressaca para habitação, sem qualquer política de orientação acerca da importância desses espaços para a própria estrutura urbana da cidade, representa sérios problemas para aqueles que, sem outra perspectiva, são obrigados a morar nesses espaços, uma vez que para habitar se faz necessário o desmatamento e constante necessidade de aterramento com possível intenção de melhoramento das condições de moradia.

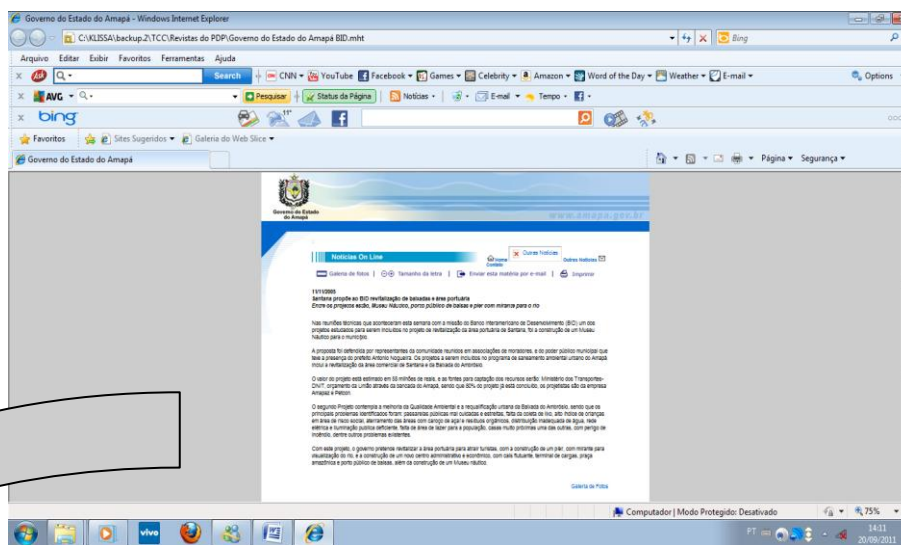
Na Baixada do Ambrósio, moram 4.555 pessoas segundo IBGE (2010) em casebres de madeiras, um próximo ao outro, tipo palafitas com pouca ou nenhuma infraestrutura para moradia.

A política habitacional abrange um conjunto de elementos, formado pela unidade arquitetônica de uma área saneada e urbanizada devidamente equipada, e dando acesso a casa própria a população de baixa renda. O problema da habitação não se pode perceber de forma isolada, a casa é apenas um mero abrigo, quando inserida numa comunidade que não conte com uma rede de serviços essenciais como saneamento, saúde, educação, comunicação e transporte integrado, sendo a casa um elemento do sistema. “O problema da habitação é uma questão social, entendida como direito do cidadão, independente de sua condição econômica cabendo ao estado prover esse direito, aqueles que não têm condições de fazer” (SILVA 1989, p. 145).

O Estado não tem que apenas repassar e direcionar verbas como vimos nas tabelas quatro e dois e sim operar e fiscalizar programas e ações de moradia adequada.

Em pesquisa em busca de políticas pensadas ou efetivadas na Baixada do Ambrósio encontramos no site do Governo do Estado a seguinte matéria:

Figura 16: Matéria do Site do governo do Estado do Amapá sobre política habitacional para a Baixada do Ambrósio.



Fonte: < www4.ap.gov.br >. Acesso 11/09/11.

11/11/2005

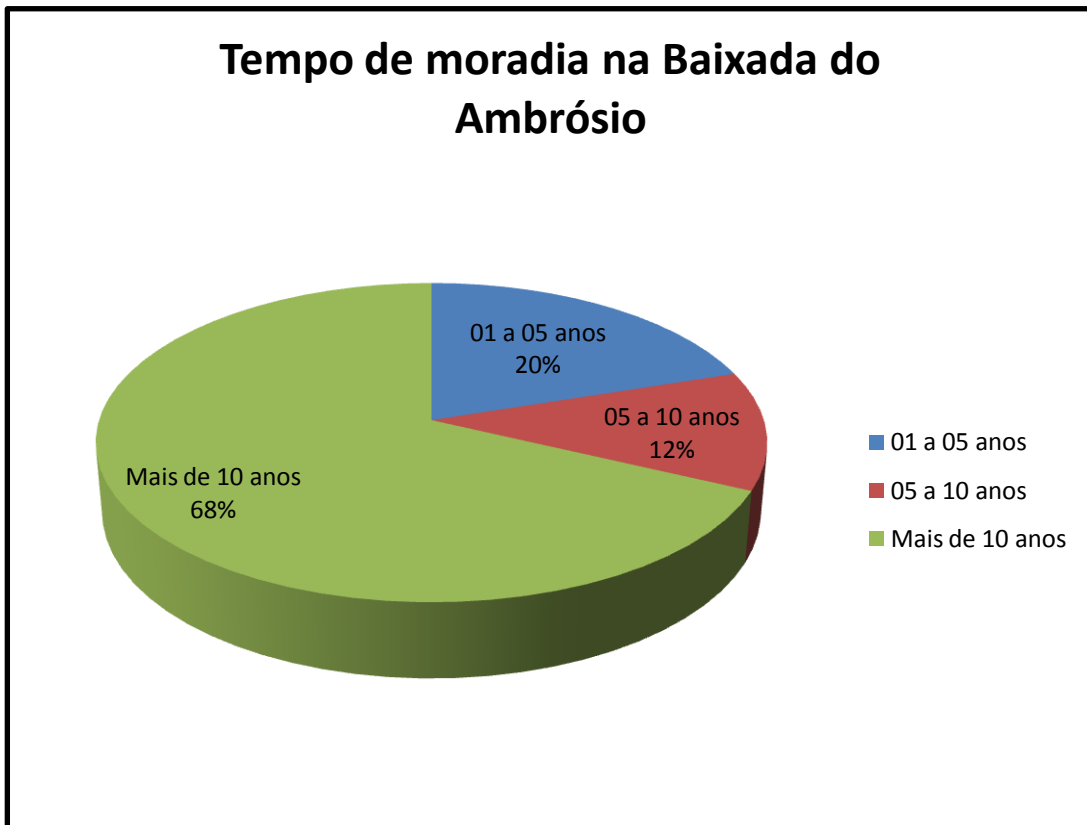
“Santana propõe ao BID Banco Interamericano de Desenvolvimento revitalização de baixadas e área portuária *Entre os projetos estão, Museu Náutico, porto público de balsas e pier com mirante para o rio.*

O valor do projeto está estimado em 58 milhões de reais. O Projeto contempla a melhoria da Qualidade Ambiental e a requalificação urbana da Baixada do Ambrósio, sendo que os principais problemas identificados foram: passarelas públicas mal cuidadas e estreitas, falta da coleta de lixo, alto índice de crianças em área de risco social, aterramento das áreas com caroço de açaí e resíduos orgânicos, distribuição inadequada de água, rede elétrica e iluminação pública deficiente, falta de área de lazer para a população, casas muito próximas uma das outras, com perigo de incêndio, dentre outros problemas existentes.” Fonte: < www4.ap.gov.br >. Acesso 11/09/11.

Esta publicação foi em 11/11/05 e em visitas no mês de setembro/2011 quando se teve a oportunidade de dialogar com os moradores da Baixada do Ambrósio e aplicar o questionário em anexo, com observação em trabalho de campo percebeu-se que não existiu mudança, no que tange a infraestrutura.

Veja o gráfico um que mostra o tempo de moradia de alguns moradores entrevistados que convivem diariamente com falta de infraestrutura veja as fotos de quatorze a dezessete que mostram a ausência de infra-estrutura da Baixada do Ambrosio.

Gráfico 1 - Tempo de Moradia dos entrevistados na Baixada do Ambrósio



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Figura 17: Passarelas mal cuidadas e estreitas da Baixada do Ambrósio.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Figura 18: Coleta de lixo insuficiente, na parte alta e seca da Baixada.



Fonte: Pesquisa de campo/2011

Figura 19: Aterramento da área com caroço de açaí e resíduos orgânicos.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

O que se percebe que após seis anos da publicação no site do governo do Estado até o dia de nosso trabalho de campo, não existiu efetivação da ação governamental, ficando a área com as mesmas problemáticas e tal ação de revitalização da Baixada do Ambrosio não é o suficiente para adequar o espaço para uso e ocupação da área de ressaca para fins de moradia. A revitalização da Baixada do Ambrósio não é a solução para a questão habitacional.

Figura 20: Passarela de concreto na Baixada do Ambrosio.



Fonte: Pesquisa de campo/2011

Prática como essa da foto de revitalização das passarelas não soluciona os problemas da habitação é necessário a retirada da população dessa área, para um terreno de terra firme. Não existe política habitacional efetivada para Baixada do Ambrósio mesmo tendo verbas direcionadas de acordo com a tabela quatro para política Habitacional no Município de Santana.

CAPITULO II O ESPAÇO URBANO E AS MORADIAS NA BAIXADA DO AMBRÓSIO

2.1 Qual e o Estado de Infra-Estrutura do Espaço das Moradias na Baixada do Ambrósio?

Em pesquisa de campo a Baixada do Ambrósio, no município de Santana percebe-se que é um assentamento clandestino com habitabilidade precária, mesmo o plano diretor de Santana garantindo o direito a moradia:

Seção II PLANO DIRETOR DE SANTANA DA HABITAÇÃO

Art. 12. A Política Municipal de Habitação tem como objetivos: I - garantir o acesso à terra urbanizada e à moradia, ampliando a oferta e melhorando as condições de habitabilidade da população de baixa renda, trabalhando-se especialmente um reordenamento habitacional das ocupações nas áreas de ressacas e baixios; VII - impedir novas ocupações irregulares nas possíveis áreas de proteção e recuperação das ressacas e baixios através de planos e programas de gestão; (Plano diretor de Santana, 2006, p.10)

A população dessa área é desprovida de uma moradia adequada no sentido amplo, não apenas uma casa mais também um estado de infra-estrutura:

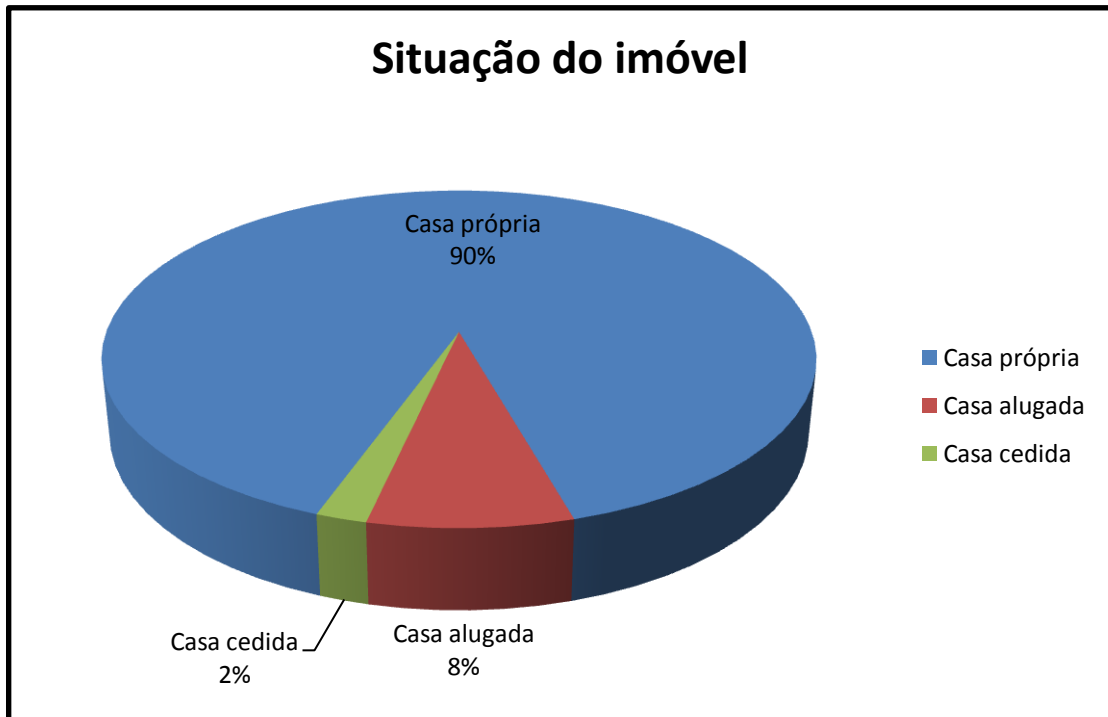
Seção III PLANO DIRETOR DE SANTANA DA HABITAÇÃO

Do saneamento ambiental integrado

Art. 16. A política de saneamento ambiental integrado tem como objetivo manter o meio ambiente equilibrado, alcançando níveis crescentes de salubridade, por meio da gestão ambiental, do abastecimento de água potável, da coleta e tratamento do esgoto sanitário, da drenagem das águas pluviais, do manejo dos resíduos sólidos e do reuso das águas, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso e da ocupação do solo. ; (Plano diretor de Santana, 2006, p.10)

É um assentamento precário, como única alternativa para quem não tem/teve acesso ao mercado formal de terra, da propriedade urbana.

Veja gráfico dois abaixo:

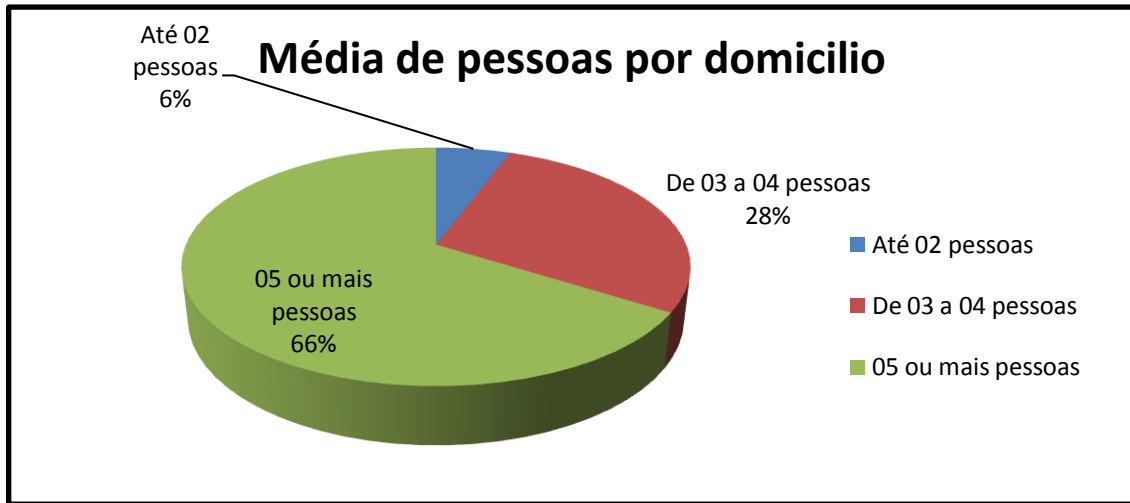
Gráfico 2 - Situação do Imóvel dos moradores da Baixada do Ambrósio

Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Um dos principais problemas enfrentados pelos moradores é à falta de equipamentos coletivos e da infra-estrutura urbana. Consideramos domicílios carentes de infra-estrutura aqueles que não têm um dos seguintes serviços básicos:

- a) iluminação elétrica;
- b) rede de abastecimento de água;
- c) rede de esgoto sanitário ou fossa séptica;
- d) coleta de lixo;
- e) Além da proximidades de equipamentos urbanos de uso coletivo, como escolas, hospitais posto de saúde e outros e;
- f) Adensamento excessivo toma-se como indicador a densidade de moradores por domicílio (veja gráfico 3)

Gráfico 3 – Média de pessoas por domicílios



Fonte: Pesquisa de campo/ 2011.

Crítérios estes embasados no estatuto da cidade e Plano Diretor de Santana. Que a ausências desses serviços básicos incidi na precarização da moradia, seja no aspecto jurídico, urbanístico de infra-estrutura e ainda ambiental. Veja as fotos que mostram a falta de infraestrutura do espaço de moradia da Baixada do Ambrósio.

Figura 21:Utilização de água diretamente do rio Amazonas na Baixada do Ambrósio.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

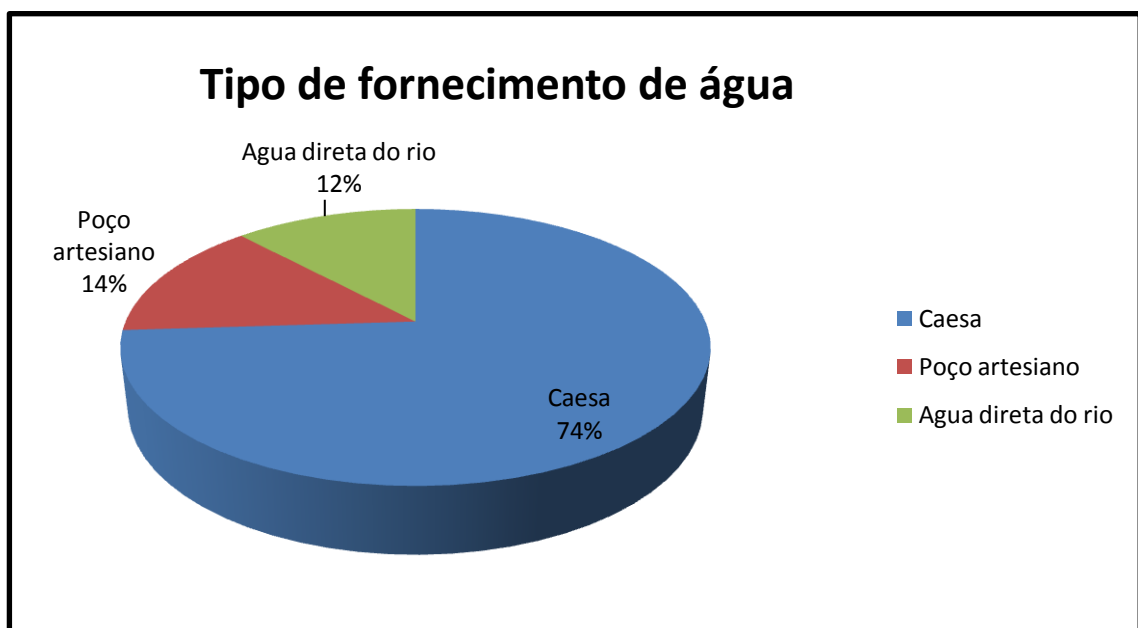
O abastecimento de água é precário mesmo tendo a tubulação, parte da população utiliza água do rio pois, o produto da torneira não é frequente. Veja as fotos e o gráfico que mostram a ausência de infraestrutura desse espaço.

Figura 22: Situação precária do abastecimento de água.



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 4 – Tipo de fornecimento de água



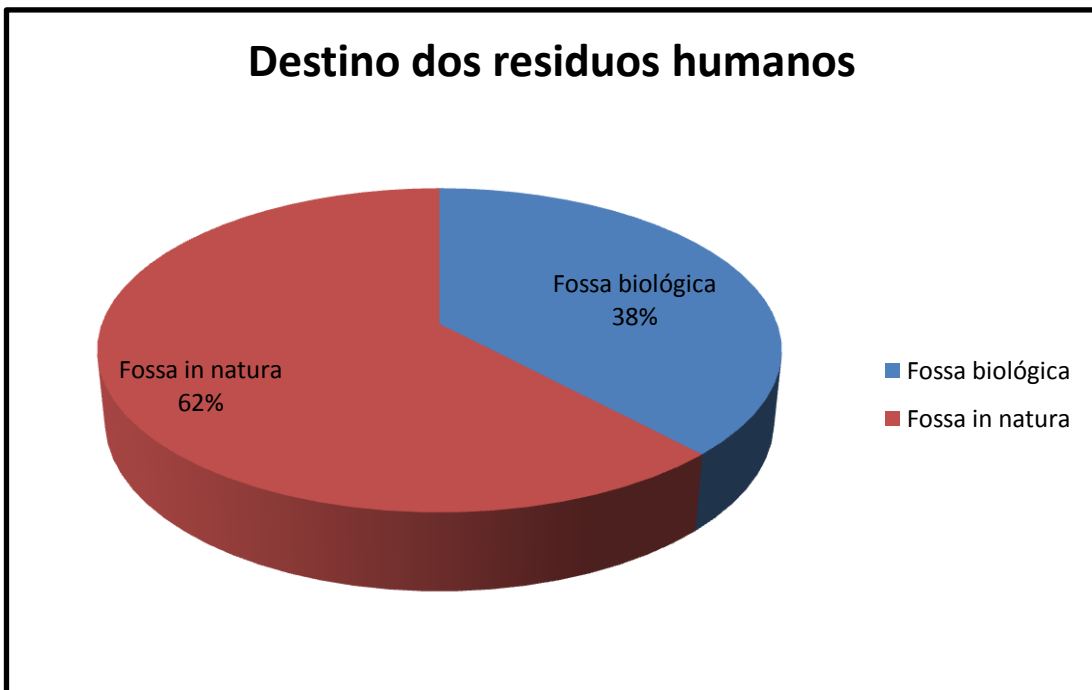
Fonte: Pesquisa de campo/ 2011.

Figura 23: Ausência de fossa asséptica na Baixada do Ambrósio.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Gráfico 5 – Destino de resíduos humanos



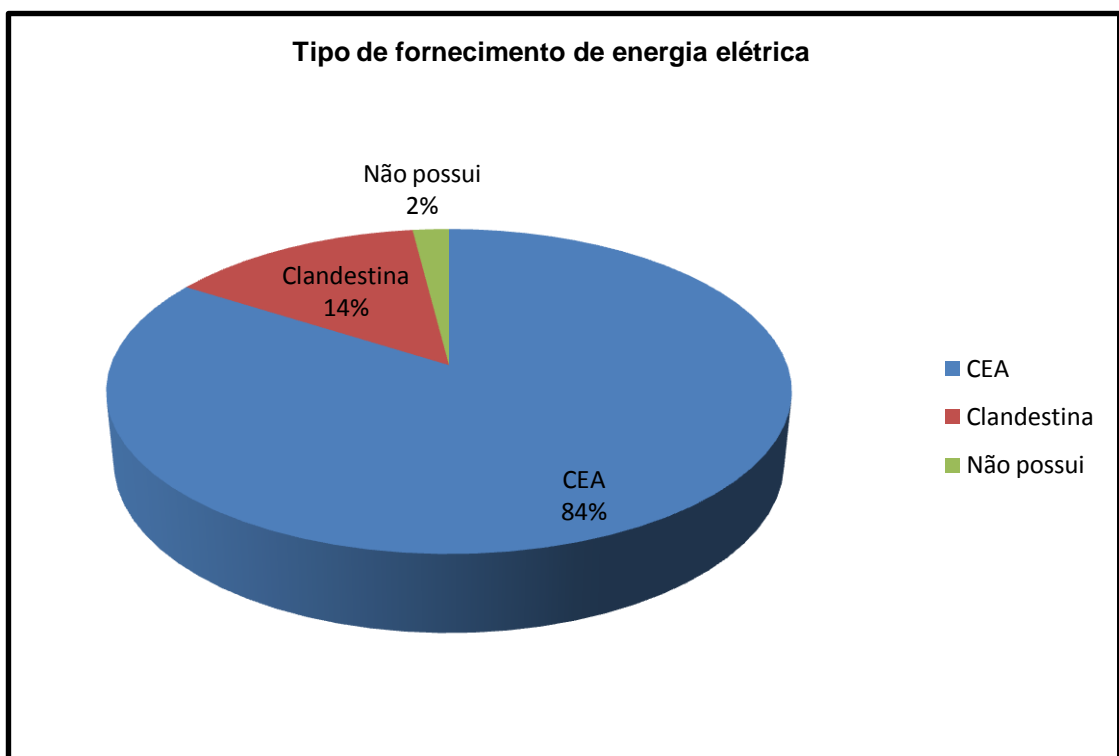
Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Figura 24: Baixada do Ambrósio, ausência de iluminação pública.



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

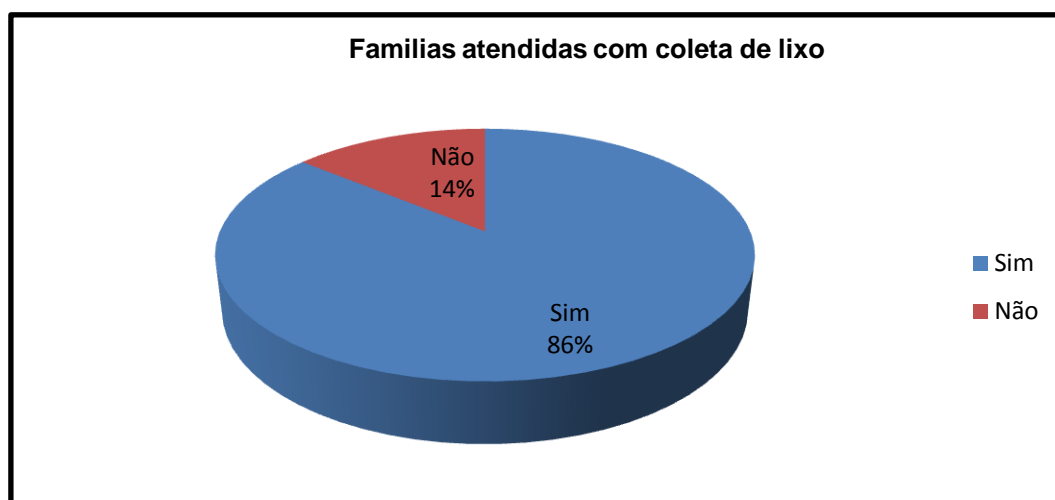
Gráfico 6 - Tipo de fornecimento de energia elétrica



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

O fornecimento de energia elétrica de muitas casas é clandestino, e em caso de curto-circuito como as casas são de madeira e muito próximas umas das outras, pode causar incêndio. A coleta de lixo é insuficiente, em muitos casos os moradores jogam o lixo diretamente nas áreas próximo a sua própria casa, e a prefeitura não faz a coleta constantemente e os contênes colocados nas áreas altas do bairro não é suficiente para a demanda.

Gráfico 7 – Coleta de Lixo



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

As passarelas são de madeiras e muitas delas já estão deterioradas e não há manutenção das mesmas.

As fotos ratificam o estado de infraestrutura onde estão localizadas as casas da Baixada do Ambrósio, o terreno é uma área de ressaca e é inadequado para a moradia, o IBGE 2010 classifica este espaço como Aglomerado Subnormal:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (IBGE, 2010)

De acordo com o IBGE 2010 a carência de moradias é aproximadamente de 10, 12 ou 15 milhões. A classificação do déficit de moradia não leva em consideração a unidade habitacional com infraestrutura e serviços urbanos. Isto implica no reconhecimento de um grande universo de moradias que são produtos da autoconstrução ou da produção doméstica informal. São moradias que não exigem

substituição, mas que podem exigir a observação de certas condições para alcançar um mínimo de habitabilidade, como: ligação à rede de água tratada, ao serviço de coleta de lixo, à energia elétrica e iluminação pública, ao transporte público entre outras condições.

As populações de ocupação irregulares não tem acesso à moradia com padrões de habitabilidade adequada, devido principalmente a falta de políticas públicas e programas específicos destinados a gestão das áreas de ocupação irregulares. Tais ocupações, em situação de exclusão territorial, estão desprovidas de condições de acesso a infraestrutura aos equipamentos sociais, a moradia digna e ao ambiente sustentável.

2.2 A Atuação do Estado na Gestão e Distribuição dos Equipamentos de Consumo Coletivo do Espaço Urbano e Moradia na Baixada do Ambrósio

No decorrer dos tempos, desde sua criação, a Baixada do Ambrósio sofre com o seu crescimento desordenado, devido ter sido originada sem nenhum planejamento ao redor do porto de Santana construído pela ICOMI, a mesma surgiu sem nenhuma estrutura urbana para o seu funcionamento. Tais fatos acarretaram inúmeros problemas sociais e principalmente no que se trata da questão habitacional.

Estes fatos desde seu surgimento servem para mostrar que os problemas habitacionais encontrados hoje, são um processo histórico de crescimento desordenado e de falta de políticas publicas apropriadas para o crescimento desta área.

De acordo com o PDP de 2005 da Prefeitura Municipal de Santana no dia 16 de setembro de 2005 foi realizado um levantamento a cerca dos pontos críticos da Baixada do Ambrósio, nos quais se destacaram os seguintes pontos: área de ocupação irregular de residências (aproximadamente 700 setecentas famílias); contém áreas alagadas e alagáveis; falta de saneamento básico; construções em madeira (palafitas); alta densidade demográfica; condições precaríssimas de habitação; riscos de epidemias; redes e instalações elétricas improvisadas; meio ambiente encontra-se antropofizado; alto risco de incêndio; pessoas vivendo na miséria; falta de segurança nas passarelas de acesso; ausência de equipamentos e serviços públicos; a baixada faz comunicação direta com o rio Amazonas através

das marés e canais de drenagem natural; existe uma desordem ocupacional favorecendo a violência e a prostituição. Gerações de famílias que ocupam a área em questão, os canais de drenagem natural estão sendo interrompidos por aterros e deposição de resíduos sólidos indiscriminadamente; existe um quadro propenso a convulsão social.

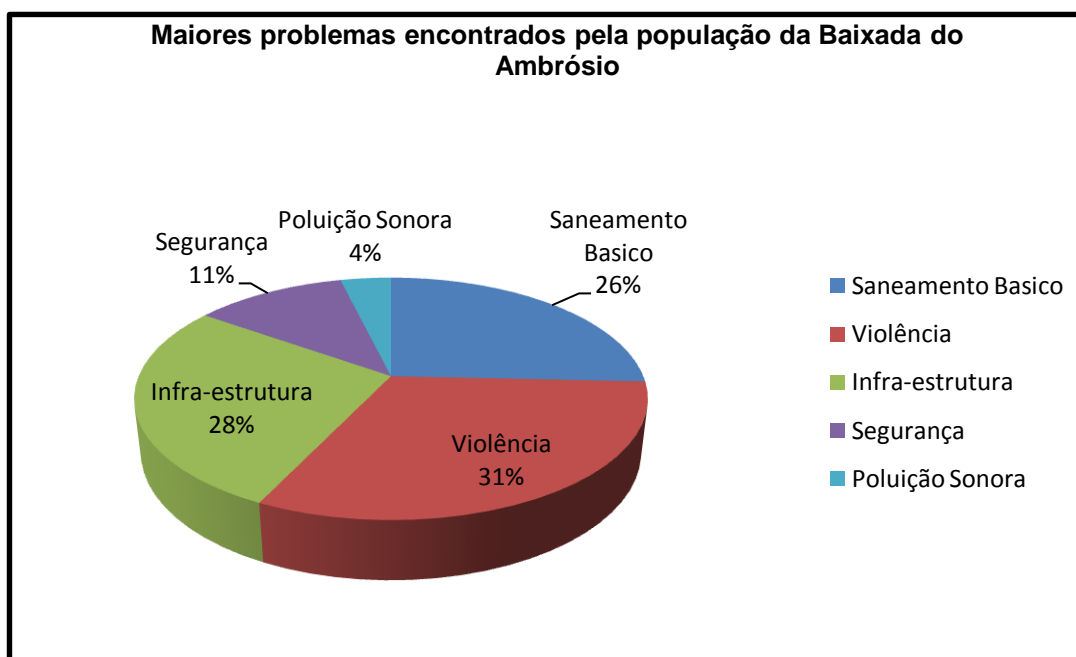
Tais fatos descritos apontaram no mesmo PDP de 2005, as sugestões de possíveis alternativas que foram as seguintes:

Dentro de todo o contexto da Baixada do Ambrósio cabe salientar a preocupação da atual gestão municipal em solucionar os problemas de forma racionalmente técnica com viés sócio-econômico, ou seja, a proposta para a revitalização da área pressupõe a permanência da maioria das famílias em um assentamento habitacional de forma ordenada urbanisticamente, atendendo-se as condições mínimas da moradia digna através da construção de unidades habitacionais e meios de acessos capazes de garantir a infra-estrutura e o saneamento básico, assim como os serviços necessários para o controle ambiental, com o intuito de resgatar a cidadania e a cultura ribeirinha com as suas peculiaridades mantendo-se o equilíbrio desejado com o meio urbano para que não seja afetado o desenvolvimento sócio-econômico específico desta comunidade. E por conseguinte criar um ambiente de visitação turística e de modelo urbano para o Município de Santana, já que o Município não dispõe de área urbana suficiente para solucionar o déficit habitacional, sem investimento de porte. (PDP de 2005, p. 73).

Tendo como objetivo de caracterizar e dimensionar a área da Baixada do Ambrósio atualmente, foi necessária um trabalho de campo, com aplicação de um questionário em setembro de 2011, para compreender a realidade dos moradores identificando as possíveis políticas habitacionais existentes a partir da atuação do Estado.

Após tabulação e avaliação de dados do questionário em relação a atuação do Estado na construção dos equipamentos de uso coletivo na Baixada do Ambrósio foi encontrado o seguinte resultado de acordo com o gráfico:

Gráfico 8 – Problemas identificados pela população na Baixada do Ambrósio



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Ao analisar os dados percebe-se que mesmo após seis anos da elaboração do PDP da prefeitura municipal de Santana, os problemas encontrados são os mesmos, pois não foi realizado nenhum investimento no âmbito habitacional na Baixada do Ambrósio.

Um dado alarmante e importante de se ressaltar é o crescimento do número de domicílios na Baixada do Ambrósio, pois passou de 700 domicílios em 2005 de acordo com o PDP para 1122 domicílios em 2010 de acordo com o censo 2010 do IBGE. Este crescimento não está sendo acompanhado por parte do poder público o que está acarretando além dos problemas de infraestrutura, problemas de convívio social como violência e poluição sonora apontados no gráfico acima. Tais evidências confirmam a ausência do Estado na construção de equipamentos de uso coletivo na Baixada do Ambrósio no município de Santana.

2.3 As Problemáticas Habitacionais Atuais na Baixada do Ambrósio.

O estudo realizado na Baixada do Ambrósio foi preponderante para quantificar alguns aspectos do problema da moradia vivenciado pelos habitantes desta comunidade. Muitos deles já demonstrados nos itens anteriores, como a

precariedade ou a inexistência de serviços essenciais que deveriam ser gestados pelo Estado. Contrariando o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que afirma. “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer a segurança e etc”.

É importante ressaltar que a comunidade em estudo é em sua maioria constituída por pessoas que detém baixo poder aquisitivo, pouca escolaridade em sua maioria e desenvolvem atividades informais, habitam em áreas impróprias para moradia, além de conviverem constantemente com a violência. Esses fatores demonstram a exclusão social e espacial em que são submetidos os moradores da Baixada do Ambrósio.

Para se entender a questão do como morar é preciso que se compreenda o problema da produção da habitação. Trata-se de uma mercadoria especial, possuindo valor de uso e valor de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita aos mecanismos de mercado... A terra urbana, cuja produção é lenta artesanal e cara, excluindo parcela ponderável ou a maior parte da população de seu acesso (CORRÊA, 2002 p. 62.)

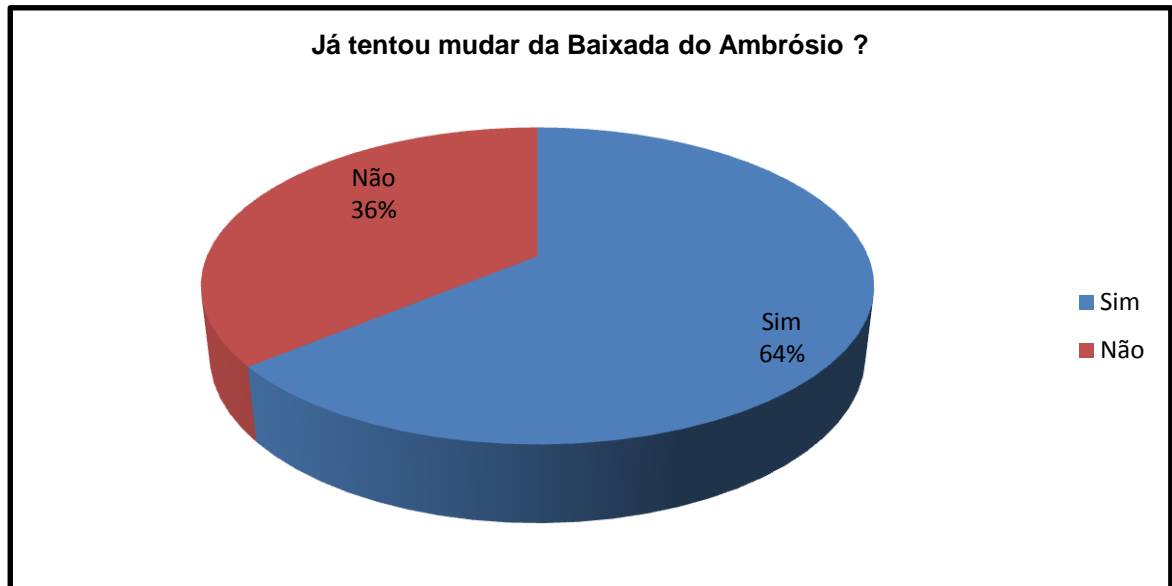
Em consonância com a aplicação do questionário, e com o diálogo com os moradores da localidade, pode ser constatado que as habitações da Baixada do Ambrósio ocorreram pela ocupação ilegal do solo, possuem em sua maioria pequeno valor de troca, e muitas estão a venda a bastante tempo, no entanto os proprietários não conseguem vender devido a insalubridade da moradia, a insegurança que existe na localidade, desconforto ambiental, entre outros aspectos já mencionados.

Os moradores da Baixada do Ambrósio não possuem o documento de posse do terreno, apenas o recibo de compra do imóvel feito entre partes na compra e venda, dessa forma não pagam o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Muitos desses moradores admitiram que mesmo vendendo sua moradia, não teriam como comprar outra, em outro bairro com infraestrutura, haja vista que o valor agregado no imóvel é elevado. Dessa forma, a população residente na área em estudo não tem opção de como e onde morar, pois residem na Baixada do Ambrósio devido a carência material que é comum entre os moradores. Durante a pesquisa foi feita a seguinte pergunta, “você já tentou sair da Baixada do Ambrósio em busca de outro lugar para morar”. De acordo com a pesquisa, 64% dos moradores afirmam ter vontade de ir morar em outro lugar, já o restante ratifica que,

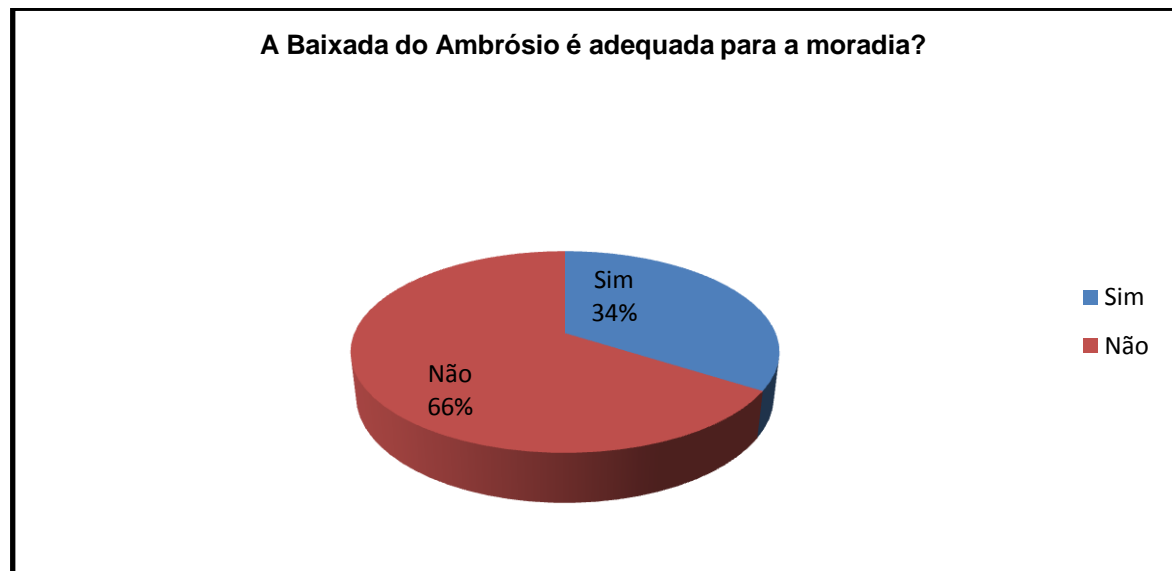
devido à proximidade do porto de Santana e de suas atividades econômicas, não tem vontade de sair deste local, pois trabalham de: estivadores, açougueiros, vendas de açaí, peixe, camarão, lanche, comércio e etc. Ver gráfico nove abaixo.

Gráfico 9 - Perspectiva de saída da Baixada do Ambrósio



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Gráfico 10– Percepção do lugar

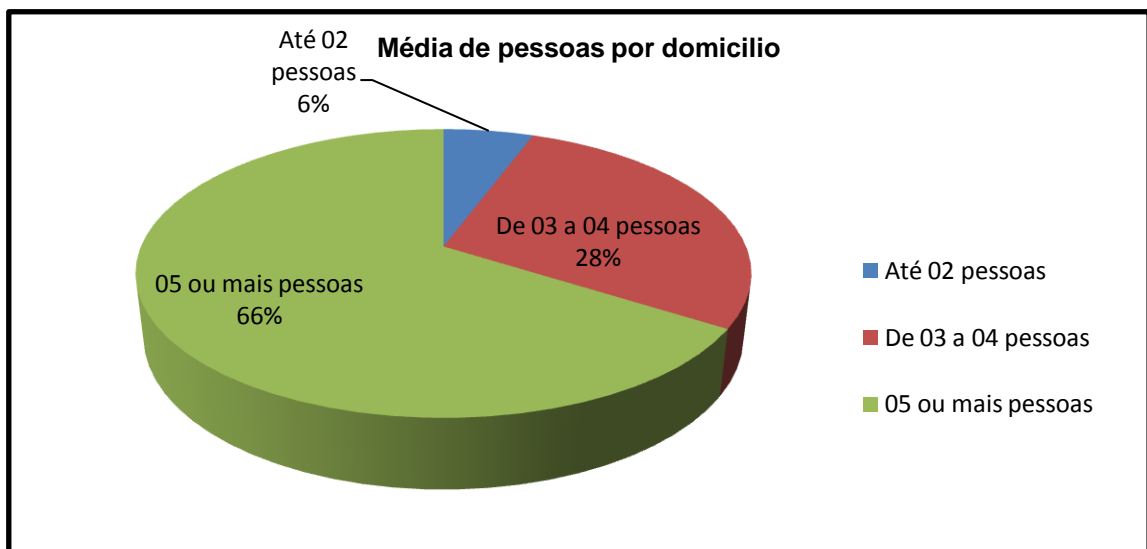


Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Em relação a esse questionamento, muitos moradores expuseram suas dificuldades em morar nessa área, como saneamento básico ineficiente, violência,

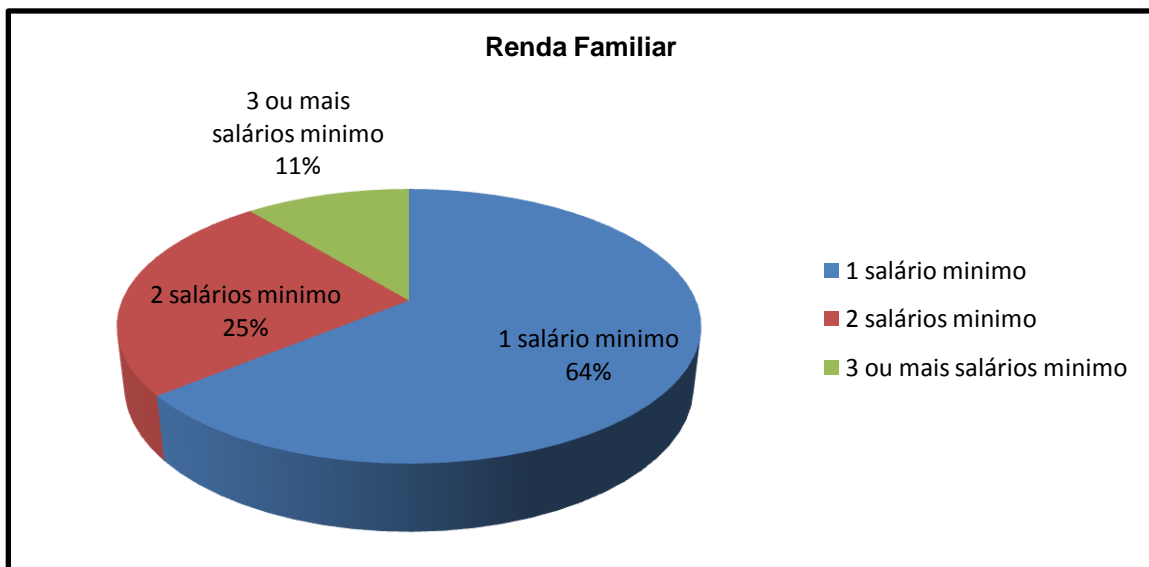
falta de segurança, não ter um local apropriado para o lazer e outras. E parte dos entrevistados, apesar de reconhecer inúmeras dificuldades, acha um local adequado, uns porque trabalham no porto, e outros estão acostumados a viver neste local em virtude da proximidade dos familiares, uma vez que habitam também a Baixada do Ambrósio. Ainda na pesquisa de campo foi perguntado o número de pessoas por domicílio. E qual era a renda familiar. Ver gráfico 11 e 12.

Gráfico 11 – Pessoas por domicílio



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

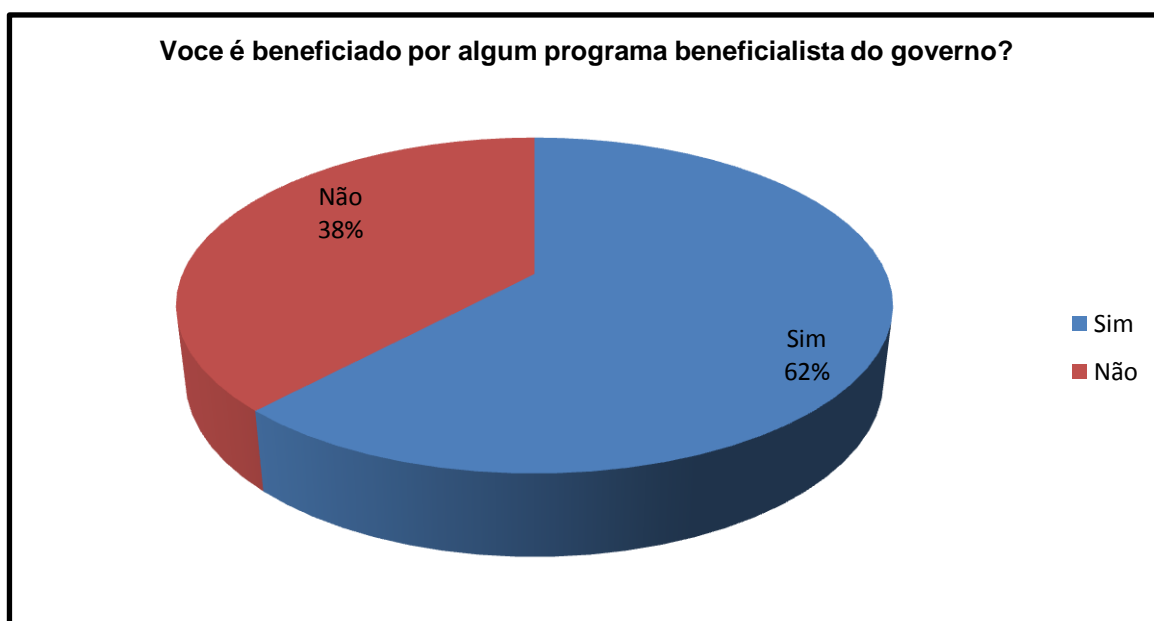
Gráfico 12 – Renda familiar



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

Em consonância com os dados apresentados, pode-se afirmar que as famílias que habitam a área em estudo, são em sua maioria numerosas, com quantitativo expressivo de crianças. Já quanto à renda familiar, pode-se constatar que a grande maioria sobrevive com uma renda mínima mensal, somando-se o dinheiro de programas assistencialistas, e outras atividades informais. Ver gráfico 13.

Gráfico 13 – Famílias assistidas por programas sociais



Fonte: Pesquisa de campo/2011.

O art. 6º § IV da Constituição Federal de 1988, determina que:

Salário mínimo fixado em lei... capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene... p. 21.

Na realidade a renda mensal da maioria da população residente na Baixada, está longe de suprir ou atender o mínimo que a lei determina de dignidade da pessoa humana. O que foi evidenciado na pesquisa de campo é a completa carência de todos esses itens elencados neste inciso, pois trata-se de uma comunidade extremamente carente, onde esses direitos são renegados.

A realidade habitacional que fora contatada com a pesquisa evidencia que a comunidade estudada sobrevive de forma desumana, sem o mínimo de atenção do poder público, e com a ausência dos direitos básicos elencados no artigo 6º da

Constituição Federal. Durante as visitas e conversas com moradores, muitos deles expressaram o sentimento de esquecimento, por parte dos governantes, já que convivem diariamente com a falta de água tendo que carregar água do rio Amazonas para fazer as atividades domésticas, o que acarreta freqüentemente doenças nas crianças e adultos, passarelas deterioradas sem nenhuma condição do tráfego de pessoas, a falta de iluminação pública nas vias, muito lixo jogado no entorno das casas, já que é insuficiente a coleta do lixo, e em várias vias nem existe o recolhimento desse material, o que acarreta mau cheiro, e disseminação de diversos insetos e roedores, a violência na comunidade é constante, não existe local de lazer para as crianças, estas se querem correr ou brincar tem que ser nas pontes deterioradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma a moradia sempre fora uma questão estabelecida entre desiguais, quando a história retrata as moradias luxuosas de alguns em detrimento à pobreza de muitos. A problemática em relação à moradia se acentua cada vez mais em todo o mundo, na área em estudo denominada de Baixada do Ambrósio é visível a segregação sócio-espacial.

Em trabalho de campo, constatamos os agravantes acerca da área em estudo, como ocupação desordenada, não sendo possível identificar os limites entre as casas, condições precárias das moradias, aterramento impróprio (caroços de açai e serragem), acúmulo de lixo, ambiente insalubre, somando-se a isso as mazelas sociais como prostituição, tráfico de drogas, poluição sonora, violência.

Para tal, mesmo com uma legislação que garante o acesso a moradia adequada e verbas direcionadas para a habitação social, não há uma efetivação de ações e projetos do governo para a mudança desta realidade na Baixada do Ambrósio nem uma cobrança por parte da sociedade em geral.

Portanto, para evidenciar a questão da moradia e os condicionantes a ela tornou-se necessário a utilização de referenciais teóricos conforme Silva (1989, p. 110), que aborda “o problema da habitação não pode ser atacado de modo isolado, uma vez que a casa só deixaria de ser um mero abrigo”.

Desde sua criação a Baixada do Ambrósio sofre com o seu crescimento desordenado, e não existe planejamento e fiscalização para inibir o crescimento populacional nessa área, que de acordo com IBGE 2010 o número de domicílios na Baixada do Ambrósio, passou de 700 em 2005 para 1.122 domicílios.

Concluimos as análises do estudo, que tais fatos acarretaram inúmeros problemas sociais e principalmente no que se trata a questão habitacional na Baixada do Ambrósio, sendo necessário o remanejamento desta população para outro espaço dotado de infraestrutura e que a população continue realizando suas atividades legais para sua sobrevivência, também que seja realizada a revitalização da ressaca onde esta localizada o espaço em estudo. Com a retirada da população e com técnicas adequadas à própria natureza contribuirá e se encarregará de revitalizar a área.

No Estado do Amapá a ocupação do solo urbano ocorre a partir de “invasões” onde a população ocupa uma área de forma clandestina e posteriormente reivindica os equipamentos urbanos de uso coletivo, como saneamento básico entre outros, ou

seja, infraestrutura para melhorar o espaço de moradia. Após ocupação dessa área em muitos casos o estado acaba dando o direito de uso, onde a população só terá o direito de posse mediante compra do lote.

Ainda é carente uma resposta do Estado para atendimento da demanda qualitativa e quantitativa de habitação na Baixada do Ambrósio, um dos fatores explicativos do caminho alternativo da população se instalar nessas áreas de ressaca, é a ausência de políticas públicas direcionadas para a habitação.

Consideramos moradia adequada uma das condições determinantes para a qualidade de vida de uma população. Um domicílio pode ser considerado satisfatório quando apresenta um padrão mínimo de aceitabilidade dos serviços de infraestrutura básica: quando inserida numa comunidade que conte com uma rede de serviços essenciais como: saneamento, saúde, educação, comunicação e transporte integrado, além de espaço físico suficiente para seus moradores.

REFERÊNCIAS

ARRUDA & PILETTI. José Jobson, Nelson. **Toda a história: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília: Senado Federal, 2006 448 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade: O homem e a cidade – A cidade e o cidadão- De quem é o solo urbano?** São Paulo: Ed. Contexto, 2009

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Ed. Ática 4º Ed.2002.

FEDERAL, Governo. **Exame Nacional do Ensino Médio**. ENEM, 2007.

FILHO, João Telmo de Oliveira. **O Estatuto da Cidade: Fundamentos e principais instrumentos**.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazonas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1990.

OSÓRIO, Letícia Marques. **Direito à moradia no Brasil**. Fórum Nacional de Reforma Urbana. Disponível em: <http://www.forumreformaurbana.org.br>, Acesso em 22 de maio de 2011.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de ressacas e dinâmica urbana em Macapá –AP**, In: IV Seminário Latino Americano de Geografia Física, 2010, Universidade de Coimbra. **Artigo**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. p. 3.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras: repensando a geografia**; revisão Rosa M.C. Cardoso e Candida M. V. Pereira- São Paulo: Contexto;EDUSP, 1988.

SANTANA. Prefeitura Municipal. **Revista do Plano Diretor Participativo**. Volume 02. Número 09. Santana, outubro de 2005.

SANTANA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo**. Santana, outubro de 2006.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado, fundamentos Teóricos e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SAULE JUNIOR, Nelson. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: Verso e reverso**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SILVA, Helba da Cruz. **Condições de Moradia da População da Baixada do Ambrósio, Santana –AP**. 2006. 43 f. Monografia (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Macapá, 2006.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto 1998.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo; Brasiliense, 1987.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas Cidades**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo. Ed. Contexto. 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO – SEMAST.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SEMOB.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEMDH.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SANTANA – AP -
SHIS

ENEN -2007.

<[www.ibge.gov,brasil/senso2010](http://www.ibge.gov.br/senso2010)>. Acesso. 04/10/2011.

< www.cidades.gov.br/habitacao>. Acesso. 02/10/2011

<www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso. 10/09/2011.

ANEXO

Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho – SEMAST

É o órgão responsável por projetos de habitação no que diz respeito ao cadastro da população e a distribuição de casas e apartamentos.

Os critérios de inclusão para os programas de moradia são:

- ✓ O presente projeto define a instituição e a regulamentação da concessão em caráter excepcional, de benefícios especiais às vítimas de desastres, cuja casa tenha sido destruída ou tenha que ser demolida em decorrência dos desastres ou para evitar novos desastres.
- ✓ Cadastro efetuado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho – SEMAST
- ✓ Comprovação da renda per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo
- ✓ Situação de vulnerabilidade temporária
- ✓ A casa tenha sido total ou parcialmente destruída ou
- ✓ Tenha que ser demolida em decorrência dos desastres ou para evitar novos desastres, em especial nos casos de apresentarem problemas estruturais graves, estarem situadas em áreas sob risco eminentes de desabamento ou desmoronamento ou em área de preservação permanente
- ✓ Em situação de vulnerabilidade temporária, o advento de risco, perdas e danos à integridade pessoal e familiar
- ✓ Situação de calamidade pública: perdas, privação de bens e de segurança material e danos agravos sociais e ofensa.

APÊNDICE - I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Em visita nas: Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho – SEMAST, Secretaria Municipal de Obras – SEMOB. Secretaria Municipal de Habitação – SEMDH em Macapá e na Secretaria de Habitação de Interesse Social – SHIS de Santana, realizamos entrevistas seguindo um roteiro de perguntas buscando compreender a atuação do estado na política habitacional efetivada em Macapá e Santana.

1. Existe política habitacional?
2. Quais as políticas habitacionais existente?
3. Qual a área de abrangência da política de habitação?
4. Qual a esfera governamental (municipal, estadual ou federal) responsável pela política habitacional?
5. Qual o registro documental da política de habitação disponível?
6. Quais as ações ou projetos efetivados ou em efetivação?
7. Qual o conceito de moradia adequada?
8. Qual o critério para seleção das áreas para efetivação de projeto de habitação?
9. Qual a origem das verbas utilizadas para efetivação dos projetos de habitação?
10. Qual a infraestrutura utilizadas nos projetos de habitação?

APÊNDICE - II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO

Tendo como objetivo caracterizar e dimensionar a área em estudo, é necessário uma visita in lócus com aplicação de questionários na Baixada do Ambrósio, para tentar compreender a realidade dos moradores identificando as políticas habitacionais existente nesse espaço. O espaço em estudo tem uma população total de 4.555 pessoas residentes de acordo com IBGE-2010. Neste caso busca-se uma amostra de 10% das famílias que equivale a aproximadamente 50 questionários. Com as seguintes perguntas:

Perfil dos habitantes:

1-Qual o estado de origem?

PA()
AM()
MA()
CE()
OUTROS___

2-O que motivou você sair do seu estado?

Trabalho()
Educação()
OUTROS___

3-Situação da sua propriedade?

Própria()
Alugada()
Cedida()
OUTROS___

4-Qual o tempo de moradia na baixada do Ambrósio?

01 a 05()
05 a 10()
Mais 10()

5-Quantos compartimentos a casa possui?

01()
02()
03 ou mais()

6-Quantas pessoas moram em sua casa?

01()
03()
05 ou mais()

7 - Qual o tipo de fornecimento de água?

Caesa()
Outros()

8- Qual o tipo de fornecimento de Luz?

Legal()
Clandestina()

9-Qual o destino dos resíduos humanos?

Fossa biol.()
Outros()

10-Possui coleta de lixo?

Sim()
Não()

11-Você é beneficiado por algum Programa assistencialista do governo nas esferas federal, estadual ou municipal? Qual ou quais?

Sim()
Não()
Bolsa família()
Amapá Jovem()
Luz para viver melhor()
Outros_____

12- Qual a escolaridades dos moradores da casa?

Analfabeto()
Ensino Fundamental Incompleto ()
Completo ()
2º Grau Incompleto ()
Completo ()
3º grau Incompleto ()
Completo ()

13-Qual o valor da renda familiar?

1 Salário mínimo ()
2 Salário mínimo ()
3 Salário mínimo () Outros_____

14-Quantas pessoas trabalham para ajudar na renda familiar?

1 ()
2 ()
3 () Outros_____

15- Qual o vinculo empregatício das pessoas que trabalham para ajudar na renda da família?

Formal ()_____
Informal ()_____

16-Qual a idade dos moradores da casa?

a) 0 a 12()
b) b) 13 a 18 ()
c) c) 19 a 65 ()

17-Quais os problemas enfrentados no espaço onde vive?

Saneamento Básico ()
Violência ()
Infra-estrutra ()
Seguraça ()
Outros_____

18-O que você acha que deveria melhorar na Baixada do Ambrósio?

Saneamento Básico ()
Violência ()
Infra-estrutra ()
Seguraça ()
Outros_____

19-Você acha a Baixada do Ambrósio adequada para sua moradia? Por quê?

Sim ()_____
Não ()_____

20-Você já tentou sair da Baixada do Ambrosio em busca de outro lugar para morar? Por quê?

Sim ()_____
Não ()_____